

Relatório de Gestão

// 2025

18 anos

Sicoob Paulista

a maioria de
quem faz junto

 **SICOOB**
Paulista

18
anos



Esse relatório é um

convite ao avanço

Um avanço construído com escolhas conscientes, método e direção.

Fortalecer as bases para seguir com consistência foi a forma como o Sicoob Paulista traduziu, na prática, a essência do cooperativismo construída ao longo de seus 18 anos.

Voltamos o olhar para o que sustenta esse caminho: processos bem-estruturados, governança sólida e pessoas preparadas para ir além. Porque avançar exige preparo, clareza e responsabilidade, especialmente quando se chega à maioria.

Este Relatório de Gestão registra esse movimento. Reúne números, ações e aprendizados que falam não apenas de resultados, mas de maturidade institucional e compromisso com as pessoas e com as comunidades onde atuamos. **Agora e sempre, o convite é seguir adiante.**

Página a página, você vai encontrar os caminhos que escolhemos para continuar essa trajetória com coerência e fidelidade aos valores que nos trouxeram até aqui.

São 18 anos de construção coletiva. E você faz parte disso.

Boa leitura!

Conselho de Administração

José Gasques
//Presidente

Edson Yoshimitu Sugawara
//Vice-Presidente

Adriano José Rodrigues
//Conselheiro

Arnon Henrique Marchioni
//Conselheiro

Gerson Barbosa de Souza
//Conselheiro

Josué Claudinei Pena
//Conselheiro

Marcelo José Jorge
//Conselheiro

Nuno Ramos Júnior
//Conselheiro

Sérgio Ramos
//Conselheiro

Talel Abdouch
//Conselheiro

Teucle Mannarelli Filho
//Conselheiro

Valdir Lonchiati
//Conselheiro

Diretoria Executiva

Sérgio Pereira Nascimento
//Diretor-geral

Marco Fábio Mazzaro
//Diretor Administrativo e Financeiro

Valter Biazon
//Diretor de Negócios

Conselho Fiscal

Aginaldo Custódio Faria
//Conselheiro

Aginaldo Luís Bísaro
//Conselheiro

José Aparecido Bonilha
//Conselheiro

Francisco Júnior Bibiano
//Conselheiro

Sumário



Este índice é interativo

Clique no título da seção para navegar pelo conteúdo.

05 A maioria de quem faz junto

07 Mensagem do Conselho

18 Sicoob Paulista: 18 anos de escolhas compartilhadas

37 O futuro começa nas pessoas

09 Mensagem da Diretoria

25 Governança à altura da nossa história

42 Comunicação que conecta pessoas e territórios

11 2025: uma leitura cuidadosa do cenário econômico brasileiro

28 Somos feitos de gente

45 Instituto Sicoob: onde o crescimento encontra propósito

14 Sicoob: um sistema que pertence a quem faz

32 Maturidade que compete em alto nível

50 Demonstrações financeiras



a **maioridade** de quem faz **junto**

A história do Sicoob Paulista começa antes da primeira agência, antes mesmo de sua formalização. Nasce de uma pergunta simples, mas decisiva: como oferecer soluções financeiras mais justas e alinhadas à realidade dos empresários da região?

No fim da década de 90, associações comerciais do interior paulista compartilhavam desafios comuns. O acesso ao crédito, os modelos de atendimento e a relação com o sistema financeiro tradicional não acompanhavam as necessidades de quem empreendia localmente. A partir dessa percepção, amadureceu-se a ideia de criar um braço financeiro próprio, cooperativo e com raízes regionais.

Esse movimento ganhou força a partir da união. Orientadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), as associações compreenderam que um projeto regional teria mais solidez do que iniciativas isoladas, e foi assim que diferentes cidades passaram a caminhar juntas. Em 2008, esse esforço se materializou com o apoio formal de 25 associações comerciais e com a aprovação do projeto Sicoob Paulista em um prazo significativamente menor do que o habitual.

A cooperativa iniciou suas atividades, em Presidente Prudente (SP),



SICOOB
Paulista



100
anos

em agosto do mesmo ano, em uma sala da Associação Comercial e de Inteligência (Acipp), com uma estrutura enxuta e poucos colaboradores. O início modesto, no entanto, não refletia a dimensão do projeto. Em pouco tempo, o Sicoob Paulista dobrou de tamanho, ampliou sua presença regional e demonstrou que havia espaço para um modelo financeiro baseado na cooperação, na proximidade e na confiança.

O crescimento acelerado trouxe aprendizados importantes. Já nos primeiros anos, ficou evidente a necessidade de profissionalização e fortalecimento da gestão. A implantação de práticas de governança, a partir de 2011, marcou um novo momento da cooperativa, preparando o terreno para decisões mais estruturantes.

Os anos seguintes foram de passos estratégicos rumo à maturidade institucional. As incorporações da Cooperativa de Campinas (SP), em 2013; da Cooperativa dos Médicos, na Grande São Paulo, em 2017; e da Cooperativa de Crédito de Rio Claro (Crediacirc), em 2019, consolidaram um movimento raro no cooperativismo: a integração entre organizações saudáveis, motivada não por fragilidade, mas por visão de futuro.

Essas ações posicionaram o Sicoob Paulista entre as cooperativas de maior destaque no sistema, em âmbitos estadual e nacional. Paralelamente a isso, a cooperativa também avançou em planejamento estratégico, governança, adoção de modelos de delegados e reconhecimento por boas práticas de gestão de

peças, com certificações e prêmios relevantes, como o Great Place to Work (GPTW).

Agora, aos 18 anos, o Sicoob Paulista celebra não apenas o tempo. Celebra a solidez construída, as decisões que permaneceram e os caminhos que resistiram ao teste da realidade. Chegamos a esse marco com raízes firmes, identidade clara e a convicção de que avançar, aqui, sempre significou cuidar do que sustenta.

Seguimos fazendo juntos!

// Mensagem do Conselho

Palavra do presidente

Completar 18 anos faz a gente olhar diferente para o caminho percorrido. Traz responsabilidade, consciência e, principalmente, clareza sobre o que precisa ser preservado para seguir avançando.

Dois mil e vinte e cinco foi vivido exatamente assim no Sicoob Paulista. Um ano de escolhas firmes, feitas com os pés no chão e com respeito à história que construímos juntos.

Em um cenário de desafios econômicos e regulatórios, optamos por consolidar o que sustenta a cooperativa no dia a dia.

Fortalecer as bases foi uma decisão consciente, porque sabemos que crescer bem é tão importante quanto crescer rápido. Organizamos processos, aprimoramos a governança e cuidamos das pessoas, entendendo que consistência não se constrói com pressa, mas com método, disciplina e compromisso.

Os resultados vieram como consequência desse trabalho. Encerramos o ano com 39.980 cooperados, R\$ 1.214.412.262 em ativos totais e R\$ 18.384.969 em sobras, números que



JOSÉ GASQUES

Presidente
Em nome do Conselho de Administração

refletem a solidez do nosso modelo. Mas a maioria também amplia o olhar para além das estatísticas. Cooperativa é gente, é presença e é impacto. Em 2025, isso ficou evidente no trabalho dos Voluntários Transformadores, que, por meio do Instituto Sicoob, levaram educação financeira, conhecimento e transformação para as comunidades onde estamos inseridos. É o cooperativismo acontecendo de forma prática e responsável.

Esse jeito de trabalhar, com foco em pessoas, gestão equilibrada e propósito claro, também foi reconhecido ao longo do ano com premiações e certificações importantes. Reconhecimentos que não são ponto de chegada, mas sinal de que estamos no caminho certo.

Chegar à maioria nos coloca em um novo lugar de responsabilidade. Não é sobre celebrar um marco, mas sobre assumir, com mais clareza, o papel que a cooperativa ocupa para seus cooperados, para as equipes e para as comunidades.

Agradeço a confiança dos cooperados e a dedicação dos diretores, conselheiros, delegados e colaboradores. É esse alinhamento entre pessoas, propósito e gestão que sustenta, todos os dias, o Sicoob Paulista.

Sequimos fazendo juntos!



// Mensagem da Diretoria

Palavra do diretor-geral

Estratégia só ganha valor quando vira entrega. Em 2025, o trabalho da gestão executiva esteve concentrado em garantir que a operação do Sicoob Paulista respondesse, na prática, ao nível de exigência que a cooperativa alcançou ao longo de seus 18 anos.

Foi um período de decisões objetivas, muitas delas longe dos holofotes. Revisamos rotinas, simplificamos fluxos e aprimoramos a forma de acompanhar a operação no dia a dia. O objetivo foi tornar a cooperativa mais previsível, mais eficiente e mais segura para lidar com volumes maiores de negócio, sem perder controle.

Os números ajudam a traduzir esse esforço. Encerramos o período com Rentabilidade do Ativo (ROA) de 1,72, Índice de Basileia em patamar confortável, de 16,56, e Inadimplência em até 15 Dias (Inad15) dentro de níveis controlados, em 7,72. Esses resultados não são pontuais. São reflexo de decisões consistentes na gestão de crédito, risco e capital.

Ao mesmo tempo, avançamos de forma concreta na capacidade de atendimento. Reforçamos estruturas regionais, qualificamos o suporte às agências e nos preparamos para absorver um volume de 815.644.792 operações e um crescimento de 27,13% da carteira



**SÉRGIO
NASCIMENTO**

Diretor-geral
Em nome da Diretoria Executiva



valorização das pessoas é o que permite transformar dados em resultados extraordinários. Seguimos atentos aos números, próximos das pessoas e responsáveis pelas decisões que preparam a cooperativa para os próximos ciclos.

Seguimos fazendo juntos!

ao longo do ano. Isso permitiu crescer com organização e manter o padrão de qualidade esperado pelos cooperados. Mas eficiência operacional não se sustenta sem pessoas. Em 2025, investimos em capacitação técnica, clareza de papéis e melhor integração entre áreas. Nosso foco foi criar condições para que os times trabalhassem com mais autonomia, responsabilidade e visão do todo.

Esse equilíbrio entre desempenho operacional e

2025:
uma leitura cuidadosa do
cenário econômico brasileiro

Se 2025 pudesse ser resumido em uma palavra, seria atenção. Atenção aos sinais da economia, às mudanças de ritmo e, principalmente, às escolhas feitas no dia a dia por empresas, famílias e instituições financeiras. Escolhas que exigiram leitura cuidadosa do cenário e responsabilidade na gestão dos recursos financeiros.

Depois de anos marcados por fortes oscilações, o Brasil entrou em um período menos ruidoso, mas ainda desafiador. A inflação deu sinais de maior controle, criando um ambiente mais previsível, embora o custo do crédito continuasse a exigir cautela.

Para quem planeja, investe ou empreende, 2025 não foi um ano de impulsos, mas de cálculo, especialmente na avaliação de riscos, na estruturação de investimentos e na condução responsável das carteiras de crédito, em linha com as exigências regulatórias mais recentes, como as diretrizes da Resolução CMN nº 4.966/2021.

E como a economia se comportou na prática? De forma desigual. Setores ligados ao agronegócio e aos serviços seguiram exercendo papel relevante, enquanto a indústria enfrentou um ritmo mais contido, pressionada por custos, demanda seletiva e condições externas. Esse contraste reforçou uma lição importante: não existiu uma única estratégia válida para todos.

Ler o contexto, entender o próprio negócio e ajustar rotas tornou-se indispensável, tanto para empresas quanto para instituições financeiras cooperativas comprometidas com a qualidade da

gestão, a consistência dos investimentos e a segurança das decisões de crédito, como o Sicoob Paulista.

Nesse ambiente, as decisões de política monetária seguiram no centro do debate econômico. Juros elevados por um período prolongado influenciaram o consumo, o investimento e a capacidade de endividamento, exigindo planejamento mais cuidadoso e maior disciplina financeira. Em 2025, organizar fluxos, rever prioridades e alongar horizontes passou a ser parte da rotina econômica.

Já no campo fiscal, o ano manteve o mercado em estado de observação constante. O debate sobre equilíbrio das contas públicas, sustentabilidade das políticas econômicas e previsibilidade das regras influenciou expectativas e comportamento dos agentes econômicos. Em um cenário como esse, confiança deixou de ser apenas percepção e passou a ser elemento central na tomada de decisão.

O mercado de trabalho apresentou avanços graduais, mas ainda conviveu com desafios relacionados à renda e à qualidade da ocupação. Para as famílias, o período reforçou a importância do planejamento financeiro e do acesso à orientação adequada, especialmente diante de um ambiente de crédito mais seletivo.

// Representatividade importa

Quando a economia exige atenção redobrada, planejamento e responsabilidade, a forma como as decisões são tomadas passa a ser tão importante quanto as decisões em si. Em 2025, esse cuidado também se refletiu na governança do Sicoob Paulista.

A eleição de 60 delegados materializa esse compromisso com a representatividade. São eles que levam a voz dos cooperados para os espaços de decisão da cooperativa, contribuindo para que os rumos sejam definidos com pluralidade, escuta e responsabilidade.

Delegados conectam realidades diferentes, experiências locais e expectativas diversas. Em um ambiente econômico que exige cautela e visão de longo prazo, essa diversidade qualifica o diálogo e fortalece decisões mais equilibradas, alinhadas aos princípios cooperativistas e às necessidades reais dos cooperados.

Talvez o principal aprendizado de 2025 tenha sido este: foi um ano de preparação. Um período que valorizou quem soube analisar cenários, rever estratégias e agir com equilíbrio.

Sequimos fazendo juntos!





Sicoob:

um sistema que pertence
a quem faz

Dinheiro, por si só, é recurso. Organizado de forma coletiva, ele se transforma em desenvolvimento.

É nesse ponto que o Sicoob se posiciona. Um sistema financeiro cooperativo construído por milhões de pessoas que decidiram participar ativamente das escolhas que impactam sua vida financeira.

Aqui, quem utiliza os serviços também integra a base de decisão e compartilha os resultados.

Com presença nacional e atuação em diferentes segmentos, de pessoas físicas e jurídicas a produtores rurais, o Sicoob reúne escala, governança estruturada e proximidade regional. Essa combinação permite oferecer soluções competitivas, mantendo o relacionamento como elemento central.

Os recursos captados retornam às próprias comunidades na forma de crédito, investimento e reinvestimento local. O resultado é um ciclo econômico que fortalece negócios, amplia oportunidades e gera impacto direto onde o cooperado está.

Mais do que uma escolha financeira, o Sicoob é um sistema construído por pessoas e para pessoas – um modelo que pertence a quem participa, decide e constrói seus resultados.



9,5 milhões
de brasileiros cooperando juntos



4,7 mil pontos de atendimentos
em todo o Brasil



Única instituição financeira em
423 municípios



1ª em Eficiência Operacional*

*2º Prêmio Banking Transformation 2024
– Relatório Bancário, do Cantarino Brasileiro*



1ª colocada em Financiamento*

*Finanças Mais 2024 –
Banco Sicoob, Estadão*



3ª melhor instituição financeira do país*

**Ranking “Melhores Bancos do Mundo
2023 e 2024”, da Forbes*



Marca cooperativa mais valiosa do Brasil*

**Levantamento da InfoMoney
em parceria com a TM20 Branding*

// Estrutura organizacional

A estrutura do maior sistema financeiro cooperativo do Brasil é composta por entidades interligadas que atuam de forma colaborativa, integrada e descentralizada.



Cooperativas singulares

- Atendimento direto aos cooperados
- Presença local com autonomia administrativa
- Oferecem produtos e serviços financeiros
- Base do sistema



Centrais

- Conjunto de cooperativas singulares
- Prestam apoio técnico, operacional e estratégico
- Facilitam a padronização e o fortalecimento das cooperativas regionais



Centro Cooperativo Sicoob (CCS)

- Responsável pela coordenação sistêmica
- Define diretrizes, estratégias e políticas integradas
- Apoia e representa o Sistema Sicoob nacionalmente



Banco Sicoob

- Instituição financeira do Sistema Sicoob
- Fornece infraestrutura bancária, tecnologia e liquidez
- Garante a integração com o Sistema Financeiro Nacional



Outras entidades estratégicas

- Sicoob Previ: previdência complementar
- Sicoob Seguradora: produtos de seguros
- Sicoob DTVM: Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
- Instituto Sicoob: responsabilidade social e cidadania financeira



FGCOOP
Fundo Garantidor do
Cooperativismo de Crédito

// Garantia de depósitos, segurança para bons negócios.

Os depósitos realizados nas cooperativas do Sicoob são protegidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que assegura valores mantidos em cooperativas singulares e bancos cooperativos em casos de intervenção ou liquidação extrajudicial.

O limite de cobertura é de até R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ, equivalente ao praticado no sistema bancário tradicional.

 www.fgcoop.coop.br

7 Princípios do Cooperativismo

-  **Adesão voluntária e livre**
-  **Gestão democrática pelos membros**
-  **Participação econômica dos membros**
-  **Autonomia e independência**
-  **Educação, formação e informação**
-  **Intercooperação**
-  **Interesse pela comunidade**

Sicoob Paulista:

18 anos de escolhas
compartilhadas



Celebrar 18 anos é reconhecer a maioria de quem faz junto. Junto com você, com o campo, a indústria, o comércio e com cada cooperado que acredita no valor da cooperação.

De uma sala modesta no Centro de Presidente Prudente (SP) a uma instituição com mais de 200 colaboradores, o Sicoob Paulista consolidou uma trajetória de prestígio.

Atualmente, estamos em quase 20 cidades do estado de São Paulo, por meio de agências físicas, incluindo as de negócios,

para conectar pessoas às melhores soluções financeiras. Para nós, confiança não é conceito abstrato. É o maior e mais valioso ativo. E seus reflexos são concretos: em 2025, alcançamos a marca histórica de R\$ 100 milhões em Capital Social.

Por trás desse número, estão 40 mil cooperados que fazem do Sicoob Paulista parte das suas decisões, dos seus planos e do cuidado com o futuro.

Quando há participação e compromisso, os resultados acontecem. Em 2025, isso se traduziu em R\$ 18.384.969, fruto de uma construção contínua, feita no dia a dia, com gestão responsável e visão de longo prazo.

Este também foi um ano dedicado à renovação do nosso corpo de delegados. Eles são o elo entre os cooperados e as decisões da cooperativa, garantindo escuta, participação e representatividade no dia a dia da governança.

Foram 6.498 dias de escolhas feitas em conjunto, de relações construídas com responsabilidade e de um modelo que se fortalece na participação.

São muitos os capítulos dessa história, como você verá a seguir. Mas o mais importante segue sendo escrito agora, ao seu lado.

Sequimos fazendo juntos!

Uma história que chegou à maioria

Antes de olhar para os próximos passos, vale revisitar o caminho percorrido. A história do Sicoob Paulista é feita de decisões, pessoas e momentos que ajudaram a construir a cooperativa que somos hoje.



2008

Em março, 25 associações comerciais do Oeste de São Paulo assinam uma carta de apoio, marcando a fundação oficial do Sicoob Paulista. Em tempo recorde, o Bacen aprova o projeto, e a inauguração da primeira cooperativa de crédito de empresários da região acontece no dia 25 de agosto, em Presidente Prudente.

Sócios-fundadores: 31
Capital inicial: R\$ 112 mil



2010

No segundo ano de existência, a cooperativa atinge R\$ 9 milhões em ativos. É elaborado o **1º Plano de Metas**.



2011

Implementação da Governança Corporativa e nomeação de um novo diretor, marcando um capítulo inédito na profissionalização da gestão da cooperativa.



2013

Incorporação da cooperativa de Campinas, SP, expandindo o alcance e a influência do Sicoob Paulista.





2014

Com 6 anos de operação, a cooperativa já administrava mais de **R\$ 42 milhões em ativos** e dava as boas-vindas a um novo presidente: **Edson Sugawara**.



2015

Ao celebrar 7 anos em operação, o Sicoob Paulista alcança o número de 4.810 cooperados e **R\$ 65 milhões em ativos**.



2016

Acontece a **1ª Convenção para adoção de delegados**, cooperados que passam a representar os interesses das agências do Sicoob Paulista.



2017

União com a Cooperativa dos Médicos e a Sicoob da Grande São Paulo, buscando ganhar escala e expandir a área de atuação para mais de 30 municípios.



2022

Além do selo **GPTW** pelo 3º consecutivo e de repetir a certificação **FIA/FEEx**, o Sicoob Paulista recebe o **Prêmio Ciec**, que reconhece os melhores programas de estágio do país.



2021

A cooperativa conquista pela **1ª vez a certificação FIA/FEEx** de excelência em práticas de gestão e ambiente de trabalho e aparece no **ranking dos 150 lugares incríveis para trabalhar no Brasil**.



2020

Conquista inédita, o Sicoob Paulista recebe o selo **Great Place To Work**, cobiçado prêmio de gestão de pessoas. **O valor de ativos ultrapassa R\$ 385 milhões**.



2019

Fusão com a Crediacirc de Rio Claro, SP, um movimento estratégico para fortalecimento e crescimento rápido, resultando em um **aumento significativo na posição da cooperativa no ranking estadual e nacional do Sicoob**.



2023

Recebimento do selo SomosCoop Excelência em Gestão pelo Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas (PDGC), com pontuação de 96% em governança e 92% em gestão.

Primeira turma do PFGR

Tem início a primeira turma do Programa de Formação para Gerentes de Relacionamento, com foco no desenvolvimento de talentos internos.

Única instituição financeira cooperativa no Araçacana

A cooperativa participa do 1º Araçacana, vitrine tecnológica do Noroeste Paulista dedicada ao setor sucroenergético, em Araçatuba (SP), aproximando soluções financeiras às realidades do campo.

Inauguração inédita de relógio

A inauguração de um relógio digital no Centro de Panorama (SP) aproxima a cooperativa do dia a dia da cidade e amplia a utilidade do espaço urbano para os moradores.



2024

José Gasques assume a presidência e uma nova estrutura de negócios com implantação de regionais amplia a eficiência e proximidade com as agências. A cooperativa ultrapassa **R\$ 1 bilhão em ativos**.

2025

Eleição de delegados

Os 60 delegados eleitos para o mandato 2026–2028 assumem oficialmente em janeiro, ampliando a participação democrática e a transparência na cooperativa.

14º Concurso Cultural

Com o desenho de Gustavo Miguel de Almeida, aluno da rede pública de Garça (SP), o Sicoob Paulista conquista reconhecimento nacional na categoria Desenho.

R\$ 1 bilhão em depósitos

Marco alcançado é destaque na Divulgação de Resultados do 4T25 como reflexo da participação dos cooperados e da gestão responsável dos recursos.

Boas práticas reconhecidas

A cooperativa fica entre os 150 Lugares Mais Incríveis para Trabalhar no Brasil, recebe, pela 5ª vez consecutiva, a certificação da FIA e figura entre as 20 melhores empresas do interior de São Paulo, segundo o GPTW.

R\$ 1,2 bilhões em ativos

Indicador demonstra a solidez da cooperativa e a condução equilibrada dos recursos ao longo do tempo.

Reconhecimento em ações comerciais

Entre diferentes iniciativas, a campanha USC Consórcios, do Sistema UniMais Rio, garantiu ao Sicoob Paulista o 1º lugar na categoria S2, com R\$ 75.925.520 em consórcios fechados.

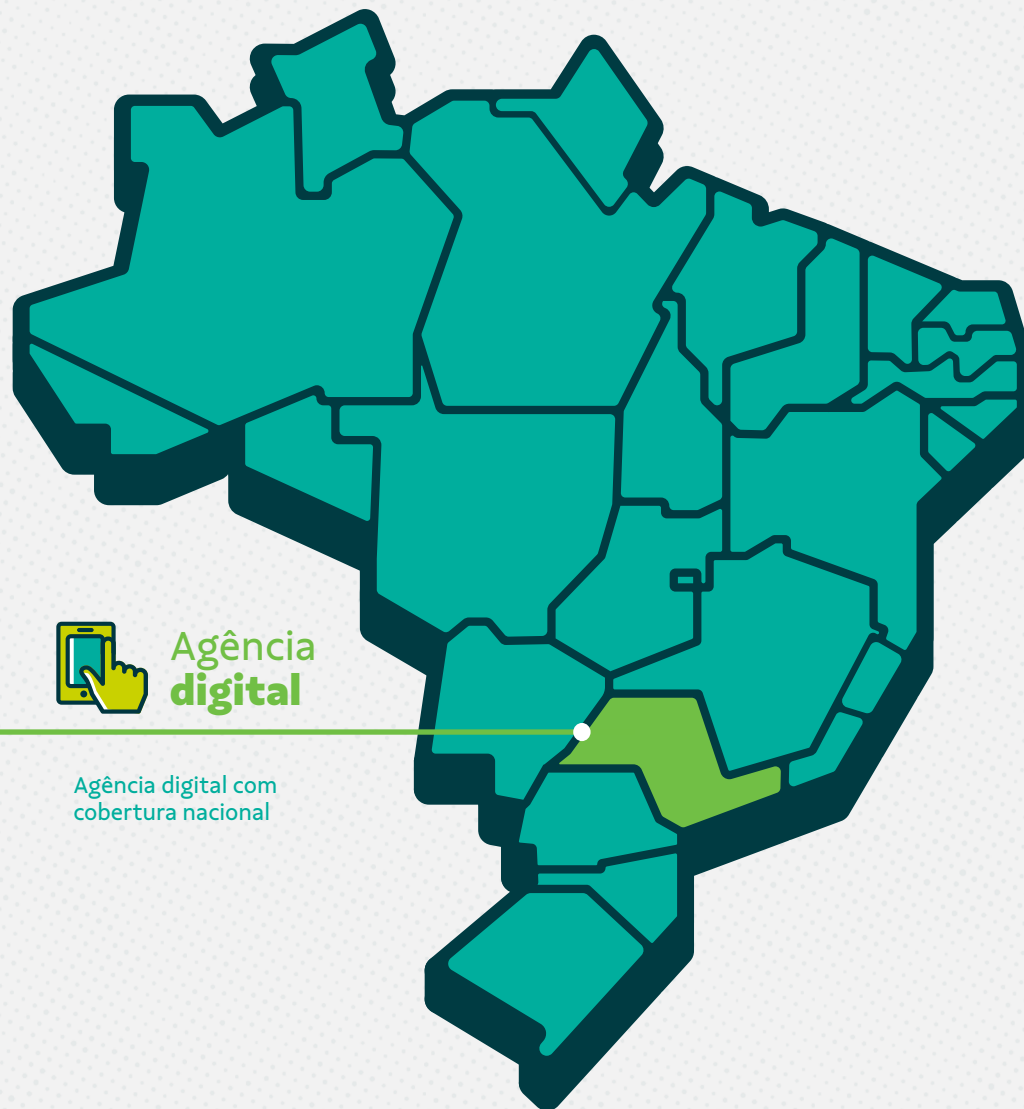
Participação na WCUC

O presidente, José Gasques, representa o Sicoob Paulista na 20ª Conferência Mundial das Cooperativas de Crédito (WCUC), em Estocolmo, na Suécia.

// Onde estamos, como atuamos

Estar presente vai além de ocupar territórios. Significa construir relações, entender realidades locais e oferecer soluções adequadas a cada contexto.

Com uma rede estratégica distribuída pelo estado de São Paulo, o Sicoob Paulista mantém agências físicas, de negócios e atendimento digital com cobertura nacional, integrando proximidade e tecnologia para apoiar cooperados em suas decisões.



Agência Física

Osvaldo Cruz (SP)
Presidente Epitácio (SP)
Adamantina (SP)
Panorama (SP)
Garça (SP)
Araçatuba (SP)
Santa Cruz do Rio Pardo (SP)
Pirapozinho (SP)
Presidente Prudente (SP)
Dracena (SP)
São Paulo (SP)
Campinas (SP)



Escritório de Negócio

Rio Claro (SP)
Araras (SP)
Santa Gertrudes (SP)
Lucélia (SP)
Regente Feijó (SP)
Barra Bonita (SP)
Osasco (SP)
Birigui (SP)



Agência digital

Agência digital com
cobertura nacional

//Aplicativos do Sicoob



Sicoob

Abra sua conta e faça parte em poucos passos. Realize transações financeiras, consulte e contrate produtos com agilidade e segurança. Encontre os pontos de atendimento mais próximos por geolocalização.



Sicoobcard

Dê adeus às papeladas, burocracias e horas ao telefone. Baixe o App Sicoobcard e tenha a gestão das compras realizadas com o seu cartão de crédito na palma da mão.



Sicoob Poupança

Acesse sua poupança do Sicoob em um aplicativo criado para facilitar sua gestão. Confira seu saldo, faça investimentos, pague e receba usando o Pix, e muito mais.



Sicoob Mapas

Calcule facilmente as áreas para financiamento do seu agronegócio.



Coopera

Aproveite um mundo de vantagens: a cada compra usando o seu Sicoobcard, você acumula pontos para trocar por mais de 10 mil opções de produtos, viajar, pagar contas e muito mais.



Sipag

Gerencie seu negócio direto pelo celular e tenha acesso rápido a diversas funcionalidades que facilitam o seu dia a dia.



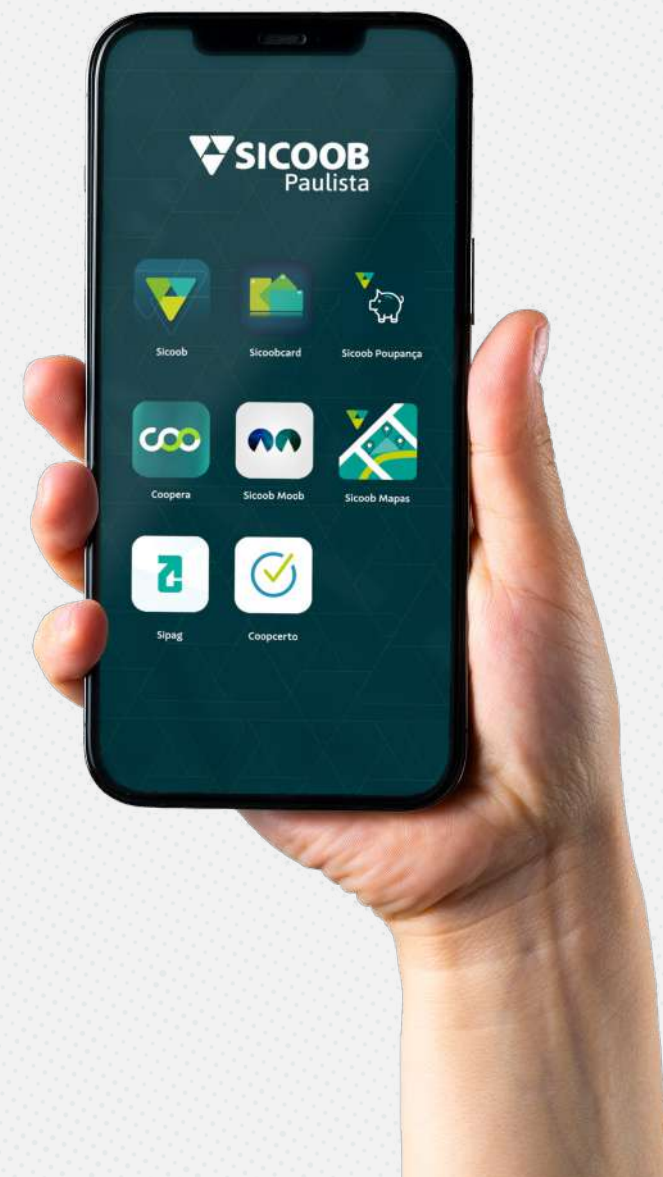
Sicoob Moob

É o aplicativo do Sicoob que facilita e incentiva o contato entre o cooperado e sua cooperativa. Com ele, é possível ter acesso aos principais dados da instituição, receber e gerenciar convites para eventos, negociar bens publicados e muito mais.



Coopcerto

Consulte seu saldo e extrato e conheça a rede de aceitação no aplicativo oficial dos cartões Coopcerto.





Governança à altura da nossa história

A estrutura de Governança do Sicoob Paulista observa as diretrizes da Resolução nº 5.051/2022 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Com instâncias interligadas e atuação coordenada, sustenta decisões consistentes e contribui para a solidez e a perenidade da cooperativa.



// Assembleia Geral

Instância máxima de decisão do Sicoob Paulista, reúne os cooperados para deliberar e votar sobre os rumos da cooperativa, fortalecendo o caráter democrático do modelo.



// Conselho de Administração

Núcleo responsável pela orientação estratégica da cooperativa, define diretrizes, acompanha resultados e assegura que a condução do Sicoob Paulista permaneça alinhada aos valores institucionais e aos interesses dos cooperados.



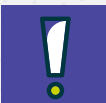
// Conselho Fiscal

Supervisiona os atos da administração e assegura o cumprimento das normas legais e estatutárias, contribuindo para a transparência e a regularidade da cooperativa.



// Diretoria Executiva

Responsável pela gestão cotidiana da cooperativa, executa as diretrizes definidas pelo Conselho de Administração e assegura o adequado funcionamento da instituição.



// Comitês de assessoramento

O Conselho de Administração conta com comitês que apoiam suas decisões e fortalecem a governança da cooperativa: Gestão Estratégica e Orçamento; Infraestrutura; Ética; Sustentabilidade; Gestão de Pessoas; e Auditoria.



// Direcionamento estratégico

Triênio 2026–2028

Nosso **planejamento estratégico trienal** é definido com base em prioridades e diretrizes que orientam a atuação da cooperativa nos próximos anos.

O processo contou com a participação do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e das lideranças, consolidando uma visão compartilhada sobre os desafios e oportunidades do período.

A adesão ao **Pacto Sistêmico de Estratégia 2026–2028** reforça o alinhamento às diretrizes do Sistema Sicoob e assegura integração estratégica diante das transformações do ambiente econômico e institucional.





**Somos feitos
de gente**



// A diversidade que nos move

Empreender, produzir, prestar serviços, inovar. É dessa diversidade que nasce a comunidade do Sicoob Paulista. Empresas e pessoas físicas, de diferentes segmentos e realidades, compartilham o mesmo objetivo: organizar o presente, fortalecer sua trajetória e construir um futuro financeiramente sustentável.

Maioridade em números



+ de
39 mil
cooperados



Presente em
19
municípios paulistas



1 agência digital com
cobertura nacional
7 escritórios de negócios



10ª
maior cooperativa
do estado de SP



R\$100 milhões
em Capital Social



R\$1,2 bilhão
em depósitos



R\$1,2 bilhão
em ativos



Perfil do Cooperado

Dados dez/2025

Número Total **39.980**



Homens
17.771

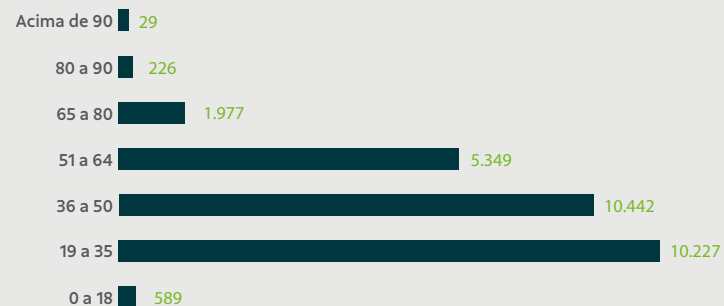


Mulheres
11.128

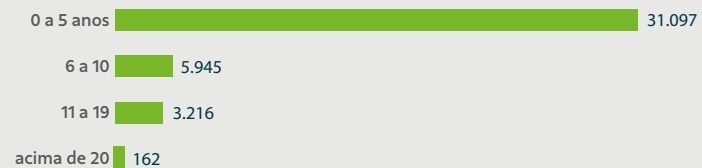


Pessoa Física
28.839

Faixa etária (PF)



Tempo de associação



Pessoa Jurídica
11.141

Divididos em:

Grande empresa **54**
Média empresa **783**
Pequena empresa **34.006**
MEI **6.272**
Não informado **26**



Produtor Rural
626

Divididos em:

Grande produtor **165**
Médio produtor **201**
Pequeno produtor **260**



// Para cada decisão, uma solução

Organizar a vida financeira, expandir um negócio, investir no futuro ou proteger o que foi conquistado.

Nossas soluções existem para apoiar cada uma dessas decisões.



Para pessoa física

- ▶ Cheque especial
- ▶ Crédito pessoal
- ▶ Cartões SicoobCard
- ▶ Crédito consignado
- ▶ Consórcios
- ▶ Crédito pré-aprovado
- ▶ Débito automático
- ▶ Financiamento de veículos
- ▶ Seguros gerais
- ▶ Investimentos
- ▶ Sipag
- ▶ Sicoob Previ
- ▶ Poupança



Para pessoa jurídica

- ▶ Antecipação de recebíveis
- ▶ Coopcerto
- ▶ Cartões SicoobCard
- ▶ Capital de giro
- ▶ Cobrança
- ▶ Conta Garantida
- ▶ Consórcios
- ▶ Crédito consignado
- ▶ Financiamento de veículos
- ▶ Débito automático
- ▶ RDC
- ▶ Seguros gerais
- ▶ Sipag
- ▶ Poupança



Para o agronegócio

- ▶ Pronaf Custeio
- ▶ Recursos Próprios Livres (RPL)
- ▶ Pronaf Investimento
- ▶ Pronampe
- ▶ Investimento
- ▶ Programa BNDES

A photograph of a modern office environment with a teal color overlay. In the foreground, a man and a woman are looking at a tablet together. The man is wearing glasses and a suit, and the woman is also in business attire. In the background, other people are blurred, suggesting a busy office. A dark teal text box with a white border is in the lower-left corner.

**Maturidade
que compete
em alto nível**



// Campanhas de vendas

Desempenho não se constrói em ciclos isolados. É fruto de método, alinhamento e clareza estratégica.

Em 2025, o Sicoob Paulista consolidou sua presença nas campanhas nacionais promovidas pelo Sistema Sicoob, alcançando posições de destaque que refletem uma atuação comercial madura, organizada e orientada a resultado sustentável.

Ao longo do ano, os resultados confirmaram essa consistência.

 CAMPANHA	 PERÍODO	 POSIÇÃO	 PRODUÇÃO	 RECEITA
USC – 1ª EDIÇÃO	ABRIL	1º Lugar Brasil	R\$ 59.620.690,00	R\$ 2.086.724,15
PROTEÇÃO DE PAI PARA FILHO – SEGURO VIDA	AGOSTO	2º LUGAR BRASIL	R\$ 21.956,69	R\$ 6.587,01
FÉRIAS PROTEGIDA – SEGUROS GERAIS	DEZEMBRO	2º LUGAR BRASIL	R\$ 105.782,63	R\$ 17.983,05
PROTEÇÃO QUE INSPIRA – SEGURO VIDA	MARÇO	12º LUGAR BRASIL	R\$ 16.584,05	R\$ 4.975,22
USC – 2ª EDIÇÃO	NOVEMBRO	1º LUGAR BRASIL	R\$ 76.525.520,00	R\$ 3.443.648,40
PROTEÇÃO É VIVER BEM – SEGURO VIDA	OUTUBRO	3º LUGAR BRASIL	R\$ 33.562,93	R\$ 10.068,88
RECEITA TOTAL DAS CAMPANHAS EM 2025			R\$ 5.569.986,70	

// Benefício Econômico Total **Qual é o valor de fazer parte?**

Ser cooperado é mais do que acessar soluções financeiras. É participar de um modelo em que os resultados retornam para quem ajuda a construí-los.

Em 2025, cada cooperado do Sicoob Paulista economizou, em média, R\$ 9.230,00, ao optar pelo cooperativismo, um aumento de 29,6% em relação ao ano anterior.

Somando mais de 39 mil associados, o benefício econômico total gerado alcançou R\$ 220.768.827,00.

Esse resultado é a materialização de um modelo em que as pessoas estão no centro das decisões e compartilham os frutos do crescimento.

Aqui, o valor de ser cooperado se traduz em economia real, impacto local e desenvolvimento que permanece na comunidade.



// Agência digital

Em 2025, o Sicoob Paulista seguiu fortalecendo seu compromisso com um atendimento digital cada vez mais próximo, eficiente e acolhedor. Nossa agência digital continua sendo referência ao unir a praticidade da tecnologia com o cuidado humano que é marca do cooperativismo.

Através do Super App Sicoob, conseguimos proporcionar aos cooperados uma experiência completa, segura e com o mesmo nível de atenção e excelência oferecido nas nossas agências físicas.



Em **2025**, registramos
3.074 novas associações digitais.

Mais do que adesão a um canal, cada uma delas representa escolha, pertencimento e confiança em um modelo cooperativo que evolui junto com as necessidades do presente.

Para ser cooperado digital do Sicoob Paulista, basta acessar o aplicativo Sicoob e inserir o código 4446 para Pessoa Física, ou PJ4446 para Pessoa Jurídica.

// Net Promoter Score (NPS)

Inovar também é ouvir. Por isso, acompanhamos de forma contínua a percepção dos cooperados sobre nossos serviços digitais.

No último trimestre de 2025, alcançamos 55 pontos no NPS, indicador que mede o nível de satisfação e recomendação dos usuários, posicionando a cooperativa na zona de qualidade.



Trimestralmente, repetimos a pergunta:



“Qual é a probabilidade de você recomendar nossa empresa a um amigo ou colega?”.

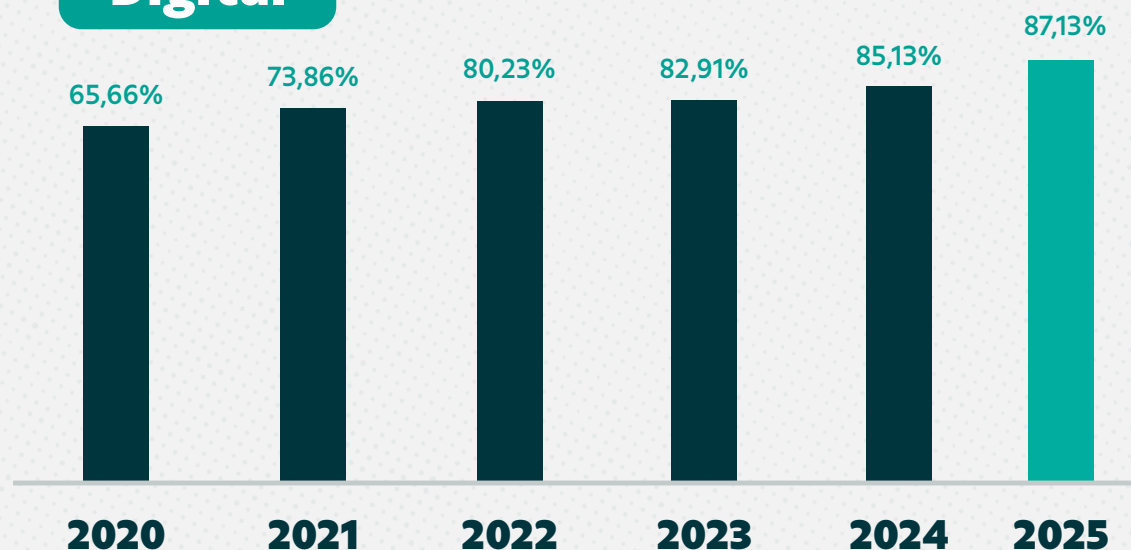


O resultado **confirma que é possível unir eficiência e relacionamento**, mantendo a essência cooperativista em qualquer ambiente.

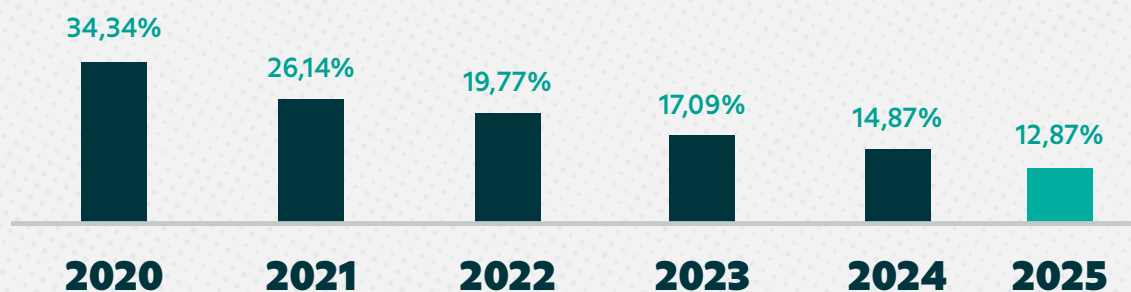


// Transações financeiras

Digital



Convencionais





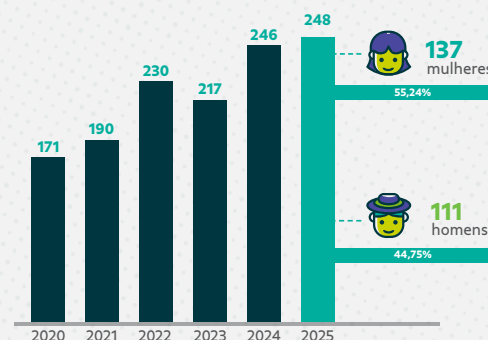
**O futuro começa
nas pessoas**

Ao longo desses 18 anos, aprendemos que nenhum resultado se sustenta sem pessoas preparadas, respeitadas e valorizadas. Nossa cultura é construída no dia a dia, nas relações de confiança, na escuta ativa e no reconhecimento de que cada colaborador tem papel fundamental na trajetória da cooperativa.

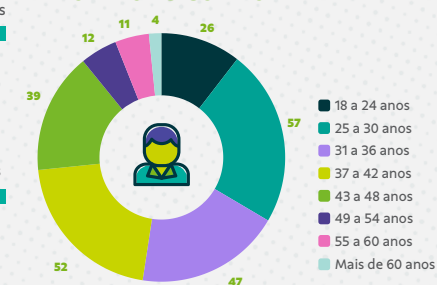
Acreditamos na força da diversidade — de histórias, origens, experiências e visões de mundo — como elemento que amplia nosso olhar e fortalece nossas decisões. Criamos um ambiente onde as diferenças são acolhidas e transformadas em aprendizado, e onde todos encontram espaço para crescer.

Cuidar das pessoas, para nós, não é discurso. É prática constante. É oferecer oportunidades reais de desenvolvimento, incentivar a participação e construir, juntos, um ambiente em que cada um se sinta parte de algo maior.

Essa cultura se reflete nos números ao lado, que ajudam a traduzir quem somos enquanto equipe:



Faixa etária



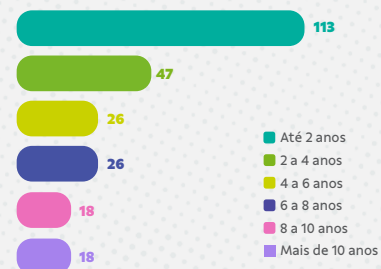
Escolaridade



Raça/cor

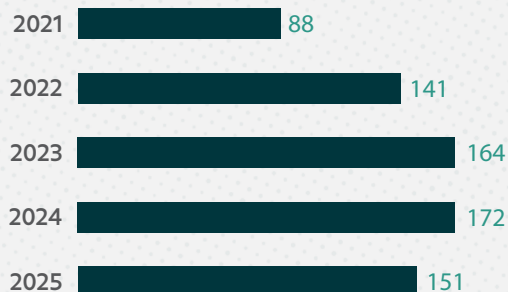


Tempo de casa



// Conquistas de certificações

CPA/CPA 10/CPA 20



// Ações de saúde e bem-estar



- // **Janeiro:** Equilíbrio Começa na Mente: juntos por uma saúde mental mais forte
- // **Junho:** Semana de vacinação contra a gripe
- // **Setembro Amarelo:** um gesto simples pode mudar destinos
- // **Outubro Rosa:** #mais que um laço
- // **Novembro Azul:** #mais que um laço
- // **Dezembro:** Encerramento do Programa Movimenta Sicoob Paulista 2025

// Capacitação contínua

Investir em desenvolvimento é preparar a cooperativa para decisões mais conscientes, equipes mais preparadas e resultados mais consistentes. Em 2025, ampliamos nossas iniciativas voltadas à formação técnica e comportamental, fortalecendo competências essenciais para o presente e para o futuro.

Programa PDL

O Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL) foi conduzido como uma iniciativa estratégica para aprimorar a atuação das nossas lideranças. Desenvolvido com o apoio da consultoria Mentora, o programa aprofundou temas como gestão de pessoas, orientação para resultados, liderança prática e tomada de decisão baseada em dados, promovendo uma evolução concreta no papel do gestor.

Programa de Formação para Gerentes de Relacionamento

Voltado ao aproveitamento de talentos internos, o Programa de Formação para Gerentes de Relacionamento preparou colaboradores para assumir uma das funções mais estratégicas da cooperativa. A iniciativa combinou desenvolvimento técnico, comportamental e visão de negócio, contribuindo para a valorização interna e para o crescimento sustentável do Sicoob Paulista.

Papo de Líder

O Papo de Líder permaneceu como um espaço direto de diálogo entre gestores e o presidente do Conselho de Administração. Os encontros reforçam alinhamento estratégico, troca de experiências e visão compartilhada sobre os desafios da cooperativa.

Café com a Diretoria

Mensalmente, o Café com a Diretoria promove um momento de proximidade com os colaboradores. O encontro mantém a equipe atualizada sobre prioridades, campanhas e direcionamentos estratégicos, fortalecendo transparência e integração.

Nossa base, nosso cuidado

Cuidar de quem constrói a cooperativa todos os dias é parte da nossa responsabilidade. Por isso, investimos em iniciativas que promovem saúde, equilíbrio e qualidade de vida.

Oferecemos benefícios como plano de saúde, plano odontológico, vacinação contra H1N1, escuta terapêutica e acesso às plataformas Zenklub e Wellhub — recursos que apoiam o bem-estar físico e emocional dos nossos colaboradores.

Nossas conquistas



SomosCoop

SomosCoop Excelência em Gestão pelo Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas (PDGC).



Lugares Mais Incríveis para Trabalhar

Ranking da Fundação Instituto de Administração (FIA) em parceria com o Estadão.



Great Place to Work

Na categoria Médio Porte do Interior, figuramos em 20º lugar no ranking estadual.

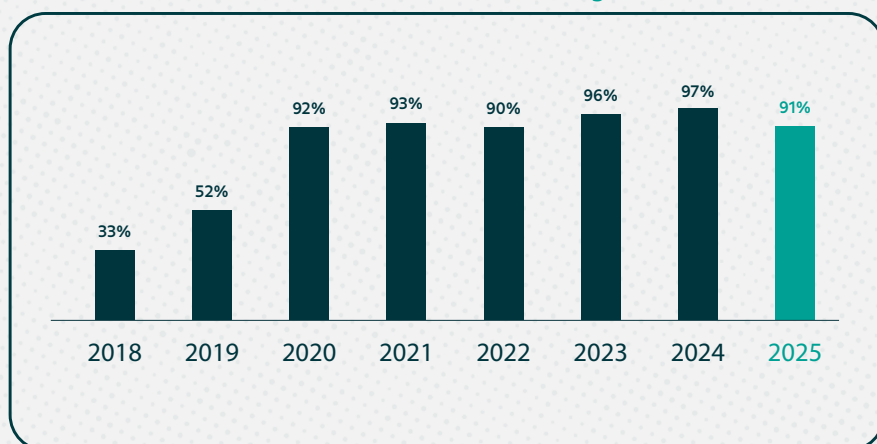
// PDGC

Programa de Desenvolvimento e Gestão das Cooperativas

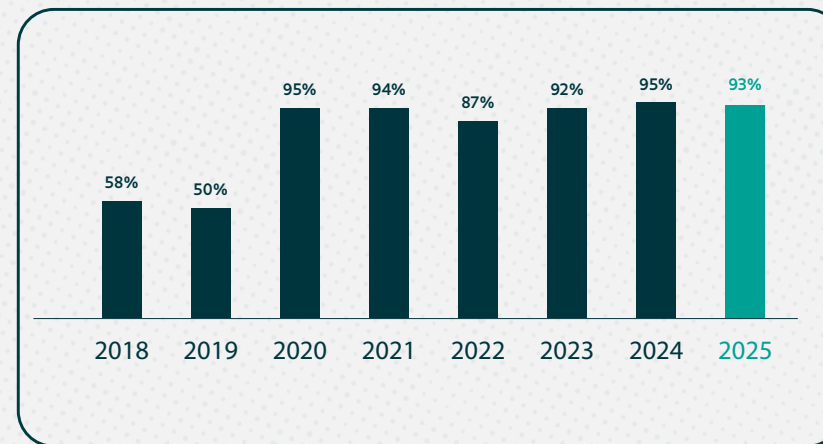
Desenvolvido pelo Sescop em parceria com a Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), é um dos principais instrumentos de fortalecimento do cooperativismo no Brasil.

O PDGC promove a profissionalização, a visão sistêmica e a cultura da excelência dentro das cooperativas. Confira nossas pontuações:

PDGC – Governança



PDGC – Gestão



A man and a woman are running outdoors on a path. The man is on the left, wearing a grey t-shirt and dark shorts, looking towards the woman. The woman is on the right, wearing a black sports bra and leggings, smiling and looking forward. The background is a lush green forest. The entire image has a teal overlay. In the bottom left corner, there is a dark teal rounded rectangle with a white border, containing white text.

**Comunicação que
conecta pessoas
e territórios**

Em 2025, marcamos presença em momentos que movimentaram a cooperativa e a comunidade. Participamos de assembleias, eventos regionais, ações sociais e iniciativas voltadas à inovação e ao desenvolvimento, mantendo nossa atuação próxima e ativa.



Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE)

Nossa AGOE de 2025 contou, pela primeira vez, com intérprete de Libras, ampliando a acessibilidade e a participação dos **cooperados**. Na ocasião, foram avaliados os resultados do exercício, aprovadas diretrizes e deliberados temas estratégicos que orientam a atuação da cooperativa.



Corrida e Caminhada Rosa

Participamos da 2ª Corrida e Caminhada Rosa como patrocinador e também nas pistas, ao lado da comunidade. **A iniciativa homenageou mulheres que enfrentam ou já enfrentaram o câncer de mama e reuniu participantes em um momento de apoio, cuidado e solidariedade.**



Campinas Innovation Week

Participamos do Campinas Innovation Week, que reuniu mais de 15 mil pessoas no Pátio Ferroviário. O encontro aproximou a cooperativa de debates sobre inovação e dos movimentos que influenciam o futuro dos negócios no país.



Comerciante Símbolo

No Comerciante Símbolo, promovido pela Associação Comercial e de Inteligência de Presidente Prudente (Acipp), celebramos trajetórias que fortalecem o comércio regional e impulsionam o desenvolvimento da comunidade. **O momento destacou histórias que inspiram e valorizam quem movimenta a economia local.**



Dia C

O Dia C mobilizou cooperativas em uma ação de intercooperação no Jardim Morada do Sol, em Presidente Prudente. Foram oferecidos serviços jurídicos, sociais e de saúde à comunidade. **A programação ainda incluiu atividades recreativas para as crianças da Casa da Sopa São Francisco de Assis (Casofa).**



Araçacana

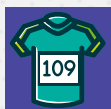
Fomos a única instituição financeira cooperativa a participar do 1º Araçacana, evento voltado ao setor sucroenergético do Noroeste Paulista. Em Araçatuba, **apresentamos nossas soluções financeiras ao público do campo e ampliamos o relacionamento com produtores e profissionais da região.**



Relógio em Panorama

A inauguração do primeiro relógio digital no Centro de Panorama marcou a ampliação da presença do Sicoob Paulista na cidade.

A iniciativa integrou a cooperativa ao cotidiano local e **agregou utilidade ao espaço público**, aproximando ainda mais a instituição da comunidade.



Movimenta

Em 2025, a Campanha Movimenta colocou o Sicoob Paulista em ação. Percorremos mais de 10 mil quilômetros em caminhadas e corridas, em uma iniciativa voltada à saúde e à integração.

Conexão em
tempo real



5.694 seguidores

in 30.366 seguidores

f 9,1 mil curtidas

1,26 mil inscritos



// Cooperativa em pauta

Neste ano, **ampliamos nossa presença no noticiário regional**, levando informações sobre resultados, projetos e posicionamentos institucionais aos principais canais de comunicação do Oeste Paulista.

A presença frequente nos meios de comunicação, como rádios, televisão e portais de notícias, intensificou o diálogo com a comunidade e deu visibilidade às ações da cooperativa.





Instituto Sicoob:
onde o crescimento
encontra propósito

Entendemos que maturidade também é responsabilidade. É olhar para além dos resultados e reconhecer o impacto que podemos — e devemos — gerar nas comunidades onde atuamos.

Nossa atuação em cidadania e sustentabilidade nasce dessa consciência. Por meio do Instituto Sicoob e da mobilização dos Voluntários Transformadores, levamos educação financeira, inclusão, orientação e apoio a quem precisa. São iniciativas que ultrapassam o ambiente institucional e alcançam pessoas, famílias e territórios.

Em 2025, essa escolha coletiva se traduziu em números que refletem presença e compromisso:

193 Voluntários Transformadores

+100 horas voluntárias

+65 ações realizadas

11.313 pessoas beneficiadas

+16 mil
pessoas alcançadas*

*Ações de comunicação/divulgação.



// Educação financeira

Promovemos ações voltadas à conscientização sobre finanças pessoais, planejamento, prevenção a golpes e fraudes, consumo consciente e investimentos.

Entre os principais marcos desse movimento estiveram a Global Money Week e a Semana Nacional de Educação Financeira.



// Coleção Financinhas

Com a **Coleção Financinhas** e ações lúdicas em escolas e instituições, trabalhamos educação financeira e valores cooperativistas com crianças.

Falamos sobre poupar, fazer escolhas conscientes e agir com solidariedade, princípios que ajudam a formar cidadãos mais preparados para o futuro.



// Empreendedorismo

Por meio de encontros e formações sobre cooperativismo, liderança e empreendedorismo, aproximamos estudantes, profissionais e parceiros do modelo cooperativo, que fortalece trajetórias e gera desenvolvimento local. As ações foram desenvolvidas com **Fatecs, Etecs e empresas da região.**



// Impacto social

Nossas ações alcançaram comunidades, instituições sociais e públicos em situação de vulnerabilidade. Em iniciativas como o **Dia C**, somamos esforços para ampliar nosso impacto social. Porque quando cooperamos, multiplicamos resultados.



// Soluções educacionais digitais

Também fortalecemos o acesso ao aprendizado por meio de plataformas digitais gratuitas, como a **Se Liga Finanças ON** e a **Conexão Sicoob**, com conteúdos sobre finanças, empreendedorismo e desenvolvimento pessoal.



// Cultura e comunidade

Apoiamos ações culturais e iniciativas solidárias que integraram cooperativas, parceiros e comunidade. Essas experiências reforçam que o desenvolvimento envolve pertencimento, cuidado e responsabilidade coletiva. Um exemplo desse movimento foi uma palestra aos colaboradores do **Hospital de Esperança**.

// Edição 2025

Concurso Cultural

O Concurso Cultural é um programa promovido pelo Instituto Sicoob com o objetivo de incentivar o cooperativismo em instituições de ensino fundamental.

Em 2025, o tema “**Diversidade que soma, cooperação que multiplica**” levou estudantes de todo o país, do 3º, 5º, 7º e 9º anos, a retratarem esses valores por meio de desenhos, textos narrativos, poemas e tiras em quadrinhos.

O objetivo foi mostrar como a diversidade de histórias, habilidades e origens se fortalece em conjunto e como o cooperativismo pode superar desafios, criar laços mais sólidos e promover um futuro inclusivo, com espaço e oportunidades para todos crescerem.

Na 14ª edição do Concurso Cultural, contamos com a participação de:



74
escolas



8.184
alunos



24
municípios



[Clique aqui e assista o vídeo do Gustavo Miguel](#)

MEU NOME É GUSTAVO, TENHO
DEFICIÊNCIA VISUAL, MEU DESENHO
RETRATA UM MOMENTO NO RECREIO
(UM MOMENTO)
DA ESCOLA QUE MEU AMIGO, BER-
NARDO ME AJUDA A ME MOVIMENTAR
NA MINHA ESCOLA, INCLUSÃO
A CONTECE. (INCLUSÃO)

CONCURSO Cultural	
Ficha de inscrição	Aluno Gustavo Miguel O. de Almeida
CATEGORIA: Desenho	Data 05/08/2025 3º Ano do Ensino Fundamental
	Escola Pólo Sarmine de Almeida
	Professor Bernadine
	Município: Guarapiranga
	Estado: SP
	Cooperativa Sicoob Guarapiranga - SP - SICOOB PAULISTA
Título	
Essa é a inclusão com história de cooperação	

Gustavo - Escola - Sarmine de Almeida
3º ano B.



GUSTAVO MIGUEL O. DE ALMEIDA
9 ANOS – VENCEDOR DO 14º CONCURSO CULTURAL

Quando eu desenho,



Dois alunos se destacaram na etapa regional: Ana Luiza Ferreira, da EMEF Prof^o Joel Job Fachini, em Araras (SP), na categoria 'poema', e Gustavo Miguel de Almeida, da EMEIF Prof^a Samira El Adass, em Garça (SP), na categoria 'desenho'.

Como reconhecimento, ambos receberam um tablet, e suas professoras foram contempladas com **R\$ 1 mil em Pontos Coopera**.

A trajetória de Gustavo ganhou ainda maior projeção ao conquistar reconhecimento nacional. Seu desenho retrata uma cena cotidiana do ambiente escolar, em que o amigo Bernardo o auxilia com a bengala durante o recreio, traduzindo, com sensibilidade, a mensagem de que “na escola, a inclusão acontece”.

Aluno com deficiência visual, Gustavo visitou o Centro Cooperativo Sicoob (CCS), em Brasília (DF), e sua conquista também beneficiou a escola, que recebeu uma lousa digital, além de medalhas e troféu que marcaram essa vitória.

Soluções financeiras sustentáveis

Total de empréstimos
22 operações*

*Este número não inclui antecipação de FTGS, títulos de desconto, consignado, propostas de cobrança e repactuações.



Valor total de operações em 2025

R\$ 370.670.245,78*

*Este número não inclui antecipação de FTGS, títulos de desconto, consignado, propostas de cobrança e repactuações.

Valor total de operações
sustentáveis em 2025

R\$ 1.521.643,78



Demonstrações financeiras



Ativos Totais
R\$ 1.214.412.262



Capital Social
R\$ 110.447.992



Depósitos Totais
R\$ 1.013.820.644



Operações de Crédito
R\$ 815.644.792



Patrimônio Líquido
R\$ 127.951.581

*Unidade de apresentação: reais OU
milhares de reais.

	2024	2025
Sobras ou Perdas do Exercício - antes do Juros ao Capital	11.456.043	26.071.866
Número de cooperados	38.744	39.980
Carteira Rural	41.016.631	59.458.912
Carteira Comercial	600.587.644	756.185.880
Total	641.604.275	815.644.792
Patrimônio de referência	97.929.355	118.011.833

Balanco Patrimonial Sintético (BP)

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB PAULISTA
SICOOB PAULISTA
CNPJ: 10.262.276/0001-00
BALANÇO PATRIMONIAL
Em Reais

	Notas	31/12/2025
ATIVO		1.214.412.262,32
DISPONIBILIDADES	5	7.239.654,28
ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		1.152.948.747,72
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.1	6.193.610,21
Relações Interfinanceiras	6.6	361.505.227,37
Operações de Crédito	7	815.644.792,18
Outros Créditos	7	25.880.617,77
Outros Ativos Financeiros	9	2.836.370,33
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	8	(59.111.870,14)
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		6.097.588,06
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.2	6.097.588,06
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO		26.941.575,76
Títulos e Valores Mobiliários	6.3	26.941.575,76
ATIVOS FISCAIS, CORRENTES e DIFERIDOS	10	1.992.712,55
OUTROS ATIVOS	11	13.249.747,90
IMOBILIZADO DE USO	12	16.058.125,27
INTANGÍVEL E ÁGIO	13	322.484,62
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(10.438.373,84)
(-) Depreciação Acumulada de Ativo Imobilizado de Uso	12	(10.168.665,88)
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	13	(269.707,96)
TOTAL DO ATIVO		1.214.412.262,32
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.214.412.262,32
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		1.086.686.097,59
DEPÓSITOS	14	937.976.612,03
Depósitos à Vista		208.589.118,83
Depósito de Poupança		5.874.224,40
Depósitos a Prazo		722.312.833,80
Outros Depósitos		1.200.435,00
OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA		75.688.640,37
Recursos por Emissão de Letras	15.1	75.688.640,37
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		48.112.841,50
Repasse Interfinanceiros	16.1	48.112.841,50
OUTROS PASSIVOS		15.612.620,13
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	17.1	535.792,84
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas	17.2	2.142.072,38
Outras Obrigações	17.4	12.934.754,91
PROVISÕES		9.295.383,56
Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros	18.1	2.678.184,71
Provisão para Pagamento a Efetuar	18.2	5.003.984,42
Provisão para Contingências	18.4	1.613.214,43
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	127.726.164,73
Capital Social		110.447.992,32
Reservas de Sobras		14.107.942,62
Sobras ou Perdas Acumuladas		3.170.229,79
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.214.412.262,32

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Sobras ou Perdas (DSP)

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB PAULISTA

SICOOB PAULISTA

CNPJ: 10.262.276/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

Em Reais

	Nota
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	
Resultado de Operações de Crédito	7.4
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.7
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	5
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	
Operações de Captação no Mercado	14.2
Operações de Empréstimos e Repasses	16.2
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	
PROVISÕES P/ PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	8.3
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	
Rendas de Tarifas Bancárias	22
Receitas de Prestação de Serviços	23
Despesas de Pessoal	24
Outras Despesas Administrativas	25
Despesas Tributárias	26
Outras Despesas Operacionais	27
Outras Receitas Operacionais	28
PROVISÕES	29
Provisões/Reversões para Contingências	
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	
RESULTADO OPERACIONAL	
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	30
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados	
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados	
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Patrimônio Líquido (PL)

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB PAULISTA
SICOOB PAULISTA
CNPJ: 10.262.276/0001-00
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 30/06/2025		108.896.526,57	(7.931.435,58)	8.944.043,90	13.614.384,14	123.523.519,03
Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21		-	-	-	(9.895.853,23)	(9.895.853,23)
Outros Eventos/Reservas		-	-	70.429,36	-	70.429,36
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		7.814.162,90	(1.016.826,12)	-	-	6.797.336,78
Por Devolução (-)		(4.621.989,03)	-	-	-	(4.621.989,03)
Estorno de Capital		(49.520,98)	-	-	-	(49.520,98)
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	623.495,11	623.495,11
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	11.224.896,46	11.224.896,46
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	(6.454.311,77)	(6.454.311,77)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		7.357.074,56	-	-	-	7.357.074,56
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		-	-	5.093.469,36	(5.093.469,36)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	(848.911,56)	(848.911,56)
Saldos em 31/12/2025		119.396.254,02	(8.948.261,70)	14.107.942,62	3.170.229,79	127.726.164,73
Saldos em 31/12/2024		103.120.638,93	(6.790.820,12)	7.017.919,67	1.880.352,19	105.228.090,67
Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21		-	-	-	(9.895.853,23)	(9.895.853,23)
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas		-	-	1.880.352,19	(1.880.352,19)	-
Outros Eventos/Reservas		-	-	116.201,40	-	116.201,40
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		15.720.129,30	(2.157.441,58)	-	-	13.562.687,72
Por Devolução (-)		(6.655.220,18)	-	-	-	(6.655.220,18)
Estorno de Capital		(146.368,59)	-	-	-	(146.368,59)
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	623.495,11	623.495,11
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	26.071.866,38	26.071.866,38
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	(7.686.897,55)	(7.686.897,55)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		7.357.074,56	-	-	-	7.357.074,56
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		-	-	5.093.469,36	(5.093.469,36)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	(848.911,56)	(848.911,56)
Saldos em 31/12/2025		119.396.254,02	(8.948.261,70)	14.107.942,62	3.170.229,79	127.726.164,73

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fluxo de Caixa (DFC)

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB PAULISTA
SICOOB PAULISTA
CNPJ: 10.262.276/0001-00
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em Reais

	Notas	2º Sem. 2025	31/12/2025
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES			
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo	28	12.696.427,02	31.197.067,20
Distribuição de Sobras e Dividendos - Invest. Aval. Custo	28	(2.220.700,91)	(2.220.700,91)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.3	-	(312.735,15)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	29	22.892.250,01	26.905.843,13
Provisões/Reversões Não Operacionais	30	164.144,80	104.040,30
Provisões/Reversões para Contingências	29	(33.288,90)	(33.288,90)
Atualização de Depósitos em Garantia	28	480.392,05	1.102.438,85
Depreciações e Amortizações	25	(62.273,03)	(103.169,49)
		751.403,81	1.482.040,49
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		34.668.354,85	58.121.535,52
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(6.611.153,88)	1.691.104,77
Relações Interfinanceiras		(5.874.224,40)	(5.874.224,40)
Operações de Crédito		(181.514.719,59)	(201.027.079,42)
Outros Ativos Financeiros		(1.851.635,09)	(12.847.882,28)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		195.447,87	(53.282,13)
Outros Ativos		(2.148.750,30)	(2.760.673,58)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais			
Depósitos à Vista		33.474.905,99	23.592.125,26
Depósitos a Prazo		27.014.080,94	69.995.947,81
Outros Depósitos		7.074.659,40	6.764.659,40
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		49.512.099,34	57.956.551,85
Relações Interfinanceiras		25.757.505,86	7.205.417,44
Outros Passivos Financeiros		224.107,10	231.444,00
Provisões		1.399.347,95	2.561.813,82
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		543.733,04	340.085,34
Outros Passivos		(17.952.865,45)	(9.897.921,26)
FATES - Atos Cooperativos		(848.911,56)	(848.911,56)
Reversão/Realização de Fundos		623.495,11	623.495,11
Imposto de Renda Pago		3.213,18	3.213,18
Contribuição Social Pago		(5.863,83)	(6.812,29)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(36.317.173,47)	(4.229.393,42)
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos Recebidos - Invest. Aval. Custo		-	230.084,31
Distribuição de Sobras da Central Recebidos - Invest. Aval. Custo		-	82.650,84
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo		2.220.700,91	2.220.700,91
Aquisição de Intangível		2.053,48	2.053,48
Aquisição de Imobilizado de Uso		(669.753,88)	(1.696.789,70)
Aquisição de Investimentos		(12.514.508,12)	(15.185.967,44)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(10.961.507,61)	(14.347.267,60)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital		6.797.336,78	13.562.687,72
Devolução de Capital aos Cooperados		(4.621.989,03)	(6.655.220,18)
Estorno de Capital		(49.520,98)	(146.368,59)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		7.357.074,56	7.357.074,56
Outros Eventos/Reservas		70.429,36	116.201,40
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		9.553.330,69	14.234.374,91
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(37.725.350,39)	(4.342.286,11)
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		400.596.007,64	367.212.943,36
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	5	362.870.657,25	362.870.657,25
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(37.725.350,39)	(4.342.286,11)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração Destinações (DRA)

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SICOOB PAULISTA

CNPJ: 10.262.276/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em Reais

SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB PAULISTA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB PAULISTA**, doravante denominado **SICOOB PAULISTA**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **18/03/2008**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO SICOOB UNIMAIS RIO LTDA** e componente do **Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.970/2021 e 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito e sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB PAULISTA, sediado à **AVENIDA JOAQUIM CONSTANTINO, Nº 2161, VILA NOVA PRUDENTE, PRESIDENTE PRUDENTE - SP**, possui: 15 Postos de Atendimento (PAs) e 07 Escritórios de Negócios, nas seguintes localidades: OSVALDO CRUZ - SP, PRESIDENTE EPITÁCIO - SP, ADAMANTINA - SP, PANORAMA - SP, GARÇA - SP, ARAÇATUBA - SP, SANTA CRUZ DO RIO PARDO - SP, PIRAPOZINHO - SP, PRESIDENTE PRUDENTE - SP, DRACENA - SP, SÃO PAULO - SP, CAMPINAS - SP, RIO CLARO - SP, ARARAS - SP, SANTA GERTRUDES - SP, LUCÉLIA - SP, REGENTE FEIJÓ - SP, e 1 Posto de Atendimento Digital.

O SICOOB PAULISTA tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Estão apresentadas em conformidade com as diretrizes da Lei nº 6.404/1976, que regulamenta as sociedades por ações, bem como as alterações introduzidas pelas legislações subsequentes, como a Lei nº 11.638/2007, que trouxe importantes modificações em relação à estruturação das demonstrações financeiras, e a Lei nº 11.941/2009, que aprimorou a transparência e a relevância das informações contábeis.

Adicionalmente, foram levadas em consideração as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às Cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964

e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009 e 196/2022. Também foram observadas a Resolução CMN nº 4.818/2020, que estabelece diretrizes contábeis, e suas alterações subsequentes, a Resolução nº 5.185/2024 e a Resolução CMN nº 4.924/2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116/2024. Por fim, foram consideradas as diretrizes da Resolução BCB nº 2/2020, atualizada pela Resolução BCB nº 367/2024.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 19/03/2026.

b) Convergência às normas internacionais de contabilidade

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, novas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme a tabela a seguir apresenta as normas recepcionadas:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil	Resolução CMN nº 4.975/2021
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 28 - Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB, quando aplicáveis à esta cooperativa, foram empregados em sua integridade na elaboração destas demonstrações financeiras. Os impactos de divulgação requeridos pelas Resolução CMN nº 4.966/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.244/2025 e Resolução BCB nº 352/2023 estão refletidos nas demonstrações deste período.

c) Moeda Funcional e apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2025:

Resolução CMN nº 4.966/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.244/2025 e a Resolução BCB nº 352/2023: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Os principais impactos nas demonstrações referente a adoção da resolução são:

a.1 - A adoção do modelo de perda esperada para o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito. Os instrumentos financeiros são classificados em 3 (três) estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência.

a.2 - Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Cooperativa e em suas características contratuais de fluxos de caixa e não mais com base na intenção.

a.3 - As receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas.

a.4 - Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade.

a.5 - Vedação de registro no ativo de instrumentos financeiros baixados para prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolução.

Além disso:

- O critério de suspensão da apropriação de juros passa a se aplicar a partir do momento em que as operações forem classificadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;

- O critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo também foi alterado: os ativos passam a ser baixados quando a Cooperativa não tiver mais expectativa de recuperação;

- Foram estabelecidas novas diretrizes para a contabilidade de hedge, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027.

Resolução CMN 4.975/2021 e Resolução 5.101/2023: dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Essa norma estabelece os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras com base no CPC 06 (R2) - Arrendamentos. A norma é aplicável a todos os contratos de arrendamento, contudo, faculta às instituições financeiras a aplicação prospectiva conforme Artigo 2º, parágrafo 5º da referida Resolução.

Tendo como base as análises efetuadas e a faculdade prevista, a Cooperativa optou por adotar a norma prospectivamente para os contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2025, data em que entrou em vigor, conforme determinação do órgão regulador.

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil (BCB) reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

i) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

ii) Resolução BCB nº 390, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;

iii) Instruções Normativas BCB nº 426 a 433, atualizadas pelas Instruções Normativas BCB nº 619/2025 a 671/2025: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos:

(i) ativo realizável e permanente;

(ii) grupos de compensação ativa e passiva;

(iii) passivo exigível;

(iv) patrimônio líquido;

(v) resultado credor e devedor.

b) Adoção Inicial

A Cooperativa adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Foram auditados os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Os valores correspondentes ao segundo semestre de 2025, apresentados conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.818/20 nas demonstrações de sobras ou perdas (DSP), demonstrações resultado abrangente (DRA), demonstrações das mutações do patrimônio líquido (DMPL) e demonstrações dos fluxos de caixa (DFC), não foram auditados, em razão da dispensa aplicável às cooperativas prevista na Resolução CMN nº 4.910/21.

Os efeitos dos ajustes decorrentes da adoção dos novos critérios contábeis foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido do sistema Sicoob demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentado na nota 4.

c) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 132/2023, instituiu a Reforma Tributária. Em decorrência da promulgação e do avanço do processo de regulamentação da Reforma Tributária sobre o consumo, que estabelece a substituição gradativa de tributos atuais por um sistema dual composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS") e pelo Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"), o Sicoob vem acompanhando as alterações normativas, seus atos infralegais e os respectivos efeitos potenciais sobre as operações, processos e sistemas da Cooperativa.

Considerando o estágio atual de implementação, o Sicoob vem conduzindo, para o próximo exercício, um plano de adequação voltado (i) à revisão de processos de faturamento e contratação com fornecedores, (ii) à avaliação de impactos sobre o preço e a estrutura de custos dos serviços oferecidos, (iii) avaliação sobre eventuais necessidades de emissão de nota fiscal de serviço, (iv) mapeamento e classificação das operações para fins de apuração e escrituração em eventuais obrigações acessórias, e (v) à atualização de sistemas, cadastros fiscais e parametrizações para captura, conciliação e suporte à apuração de créditos e débitos, quando aplicável.

Entre os principais temas em avaliação, destacam-se:

- a) impactos nos serviços oferecidos, inclusive pela eventual necessidade de adequações contratuais para refletir a forma de destaque e repasse de CBS/IBS nas notas fiscais e documentos fiscais equivalentes;
- b) procedimentos de apuração e controle de créditos tributários, observadas as regras de não cumulatividade e os requisitos de documentação e escrituração;
- c) adequações operacionais e de compliance, envolvendo governança de dados fiscais, trilhas de auditoria, conciliações e controles internos; e
- d) potenciais efeitos sobre apresentação, notas explicativas e divulgações, na medida em que evoluam as definições regulatórias e as orientações de órgãos competentes.

Na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar com confiabilidade os efeitos financeiros líquidos da Reforma Tributária para o próximo exercício, uma vez que parte relevante do arcabouço regulatório e operacional ainda se encontra em fase de detalhamento e implementação, podendo sofrer alterações. O Sicoob seguirá acompanhando a evolução normativa e, quando aplicável, refletirá os impactos na mensuração, no reconhecimento e/ou na divulgação contábil de forma prospectiva, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a regulamentação aplicável.

Por fim, a **Resolução CMN nº 4.966/2021** - Instrumentos Financeiros e normativos relacionados - Estabelece a designação e reconhecimento contábil de hedge e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros

reestruturados, sendo efetivas a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Principais Políticas Materiais

3.1 Efeitos Tributários Cooperativas

Em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, para as Cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei nº 14.467/2022 não é aplicável.

Os critérios contábeis estabelecidos pela resolução foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

3.2 Operações de Crédito Cedidas

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

3.3 Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e os ingressos operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

3.4 Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos, os quais são revisados no mínimo, anualmente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas associadas ao risco de crédito, as provisões para ajuste dos ativos não financeiros ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dessas estimativas e premissas em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição. São utilizadas pelo Sicoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Nota 5.

3.6 Instrumentos Financeiros

I. Classificação dos instrumentos financeiros

Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas para administração dos ativos financeiros. As Cooperativas administram e classificam os ativos financeiros em um dos três modelos/categorias descritas a seguir:

Modelo de Negócio 1: Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;

Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Modelo de Negócio 2: Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Modelo de Negócio 3: Outros modelos de negócios.

Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Para determinar o modelo de negócios, a Cooperativa avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo:

- i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros;
- ii) pela venda, ou por;
- iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:
 - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
 - como os gestores do negócio são remunerados;
 - e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

A Cooperativa não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos e passivos financeiros, de mensuração ao valor justo no reconhecimento inicial, para os ativos financeiros, quando essa designação resulta em informação mais relevante para a entidade, porque elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre eles em diferentes bases.

II. Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

Custo amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica "Receitas de juros", enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica "Despesas de juros", ao longo do prazo do respectivo contrato.

Ao valor justo em outros resultados abrangentes: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada "Ajuste de avaliação patrimonial", até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica "Receitas de juros". Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial: são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado na rubrica "Resultado líquido de juros", no período em que ocorrem.

III. Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros do Sicoob estão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

Instrumentos Financeiros – Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Instrumentos Financeiros – Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.

Instrumentos Financeiros – Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

IV. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

3.7 Derivativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

3.8 Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo:

- Receita com tarifas e taxas atreladas a concessão das operações;
- Despesa com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações);
- Despesa com comissões e portabilidade de operações.

Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB nº 352/2023, a Cooperativa optou em utilizar a “metodologia diferenciada linear” para operações de crédito e com características de crédito.

O Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.966/2021, adotou de forma prospectiva a TJEO e passou a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas foram incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

3.9 Suspensão dos Juros (stop accrual)

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático – Estágio 3), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN nº 2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Dentre os critérios para marcação de ativo problemático, inclui-se operações com atraso superior a 90 (noventa) dias.

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB nº 42.403/2024, a Cooperativa adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

3.10 Provisão para Perdas

I. Visão Geral

A Cooperativa realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023 para:

Aplicações interfinanceiras de liquidez;

Títulos e valores mobiliários;

Operações de créditos;

Outros ativos financeiros; e

Exposições “off-balance” (que gerem risco de crédito).

II. Estágios

A Cooperativa aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da originação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro (*lifetime*).

Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em default). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre:

- A PE calculada com base nos dados observados estatísticos da Cooperativa; ou
- O piso de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB nº 352 de 2023 (anexo 1 da normativa – “Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos”).

III. Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de default para sua vida toda. Originalmente quando a operação é concedida pela Cooperativa é registrada em estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, a Cooperativa avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático, são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de default), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos que devem ser considerados como estágio 2 são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso em 30 dias (limitado a 60 dias).

Em estágio 3 devem ser todos os contratos que têm evidência de problema de recuperação de crédito. Essencialmente, a marcação de ativo problemático é dada quando um contrato atinge atraso de pagamento da dívida acima de 90 dias em atraso, marcação de reestruturação ou quando o cliente possui características que evidenciem dificuldade de pagamento como quando ele está em situação de recuperação judicial.

IV. Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

Probabilidade de default – PD: A PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplemento em uma janela de tempo determinada;

Perda dada ao default – LGD: A LGD é o percentual esperado de perda de um cliente dado o default. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito da Cooperativa para que consiga através de modelos mensurar qual é a probabilidade esperada de perda dada a contratação/renovação de contratos e clientes, podendo estender análises específicas para os diferentes tipos de garantias, percentual de cobertura das garantias, entre outras informações do cliente.

Exposição ao default – EAD: É a exposição na data da inadimplência.

Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966/2021, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos

fatores exógenos, preparar e antecipar as instituições na avaliação de impactos em eventos extremos (cenários sob estresses). Em outras palavras, as variáveis forward looking funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

3.11 Ativos Financeiro com Problema de Recuperação de Crédito

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando:

- Ocorrer atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;
- Se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais;
- Todas as operações enquadradas como reestruturadas;

É considerado reestruturação uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, as operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3.

Poderá não ocorrer o efeito arrasto nas ocasiões em que a Instituição apresentar os seguintes critérios:

- Operações cujo gerenciamento do risco de crédito é realizado de forma massificada;
- Instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito.

A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático quando são observadas evidências de melhora na capacidade de pagamento da contraparte. Especificamente, considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático após a realização de pagamentos consecutivos, sem atrasos, até que seja atingido um percentual mínimo do saldo devedor, conforme critérios internos definidos com base nas diretrizes da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Essa reclassificação é condicionada à ausência de parcelas vencidas, ao cumprimento das obrigações contratuais e à evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem dependência da execução de garantias ou colaterais.

Os ativos financeiros são baixados do balanço patrimonial quando não há expectativa razoável de recuperação de seu valor, total ou parcial. Essa baixa decorre do reconhecimento de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme previsto no artigo 49 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

A avaliação da necessidade de baixa considera evidências objetivas de perda, incluindo, mas não se limitando a: inadimplência prolongada ou ausência de perspectivas de recuperação após esgotadas as medidas de cobrança e recuperação, inclusive aquelas envolvendo garantias e colaterais.

A instituição adota integralmente os critérios estabelecidos no § 4º do artigo 3º da Resolução CMN nº 4.966/2021 para a reclassificação de ativos financeiros anteriormente identificados como com problema de recuperação de crédito.

Para que um ativo deixe de ser enquadrado nessa condição, devem ser atendidos, de forma cumulativa, os seguintes requisitos:

- Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- Manutenção de pagamentos pontuais do principal e encargos por período suficiente para evidenciar melhora significativa na capacidade financeira da contraparte;
- Cumprimento das demais obrigações contratuais pelo mesmo período;
- Existência de evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem a necessidade de execução de garantias ou colaterais.
- A aplicação desses critérios visa assegurar que a reclassificação reflita de forma fidedigna a real capacidade de recuperação do crédito pela instituição, em consonância com as melhores práticas.

3.12 Imobilizado de Uso

Está composto por equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. Esses bens são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada.

Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas conforme a vida útil estimada dos bens, a saber:

- edificações – 4%;
- equipamentos de uso – 10%;
- veículos e processamento de dados – 20%.

3.13 Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, são amortizados a uma taxa anual de:

- intangíveis 20%.

3.14 Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

3.15 Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

3.16 Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

3.17 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico

CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

3.18 Tributos

Em cumprimento ao artigo 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do artigo 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado nas operações realizadas com associados não está sujeito à tributação, conforme o regime jurídico das sociedades Cooperativas.

3.19 Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante), apresentados por faixa de vencimento.

3.20 Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

3.21 Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

3.22 Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

3.23 Relações Interfinanceiras – Obrigações por Repasses Interfinanceiros

Compreendem os recursos captados com instituições parceiras, por intermédio da Cooperativa Central, destinados para repasses aos cooperados, estando atualizados pelos encargos contratados até a data do balanço.

3.24 Depósitos e Captações por Recursos Aceite e Emissão de Títulos

Os recursos provenientes de depósitos e captações estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, pro rata dia.

3.25 Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, tais como veículos, imóveis e intangíveis, de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.747/2019, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução.

O método de mensuração e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

Para o reconhecimento dos ativos não financeiros mantidos para venda, considera-se a data de entrada desses ativos na Cooperativa. Assim, se o período em que os ativos não financeiros permanecem na Cooperativa ultrapassar um ano, eles são reclassificados para o grupamento contábil do ativo não circulante realizável a longo prazo.

4. Reconciliação de Saldos Patrimoniais Comparativos em 1º de janeiro de 2025

A Cooperativa optou pela isenção prevista pela Resolução CMN nº 4.966/2021 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da norma foram reconhecidas no patrimônio líquido dentro de sobras ou perdas acumuladas a partir de 1º de janeiro de 2025.

a) Reconciliação do patrimônio líquido na transição para Resolução CMN nº 4.966/2021.

Descrição	Valor Contábil
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024	105.228.090,67
Perda esperada de crédito para operações de crédito (1)	(9.914.253,00)
Ajuste de suspensão de juros de operações de crédito	18.399,77
Patrimônio líquido conforme a Resolução CMN 4.966/21 em 1 de janeiro de 2025	95.332.237,44

(1) Inclui garantias financeiras prestadas e compromissos de empréstimos;

b) Estão apresentados a seguir, os saldos de reconciliação com os impactos introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/21:

Nomenclatura em 31/12/2024	Ativo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Aplicação Interfinanceira de Liquidez	Aplicação Interfinanceira de Liquidez	13.982.303,04		13.982.303,04	Custo Amortizado
Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	22.511.678,41	(10.756.070,09)	11.755.608,32	Valor Justo por Meio do Resultado
	Provisão para perdas esperadas	(67.992,10)	67.992,10		Custo Amortizado
Relações Interfinanceiras	Relações Interfinanceiras e Interdependências	360.667.771,22		360.667.771,22	Custo Amortizado
Operações de Crédito	Operações de Crédito	641.604.275,23	18.399,77	641.622.675,00	Custo Amortizado
	Provisão para Perdas Esperadas	(45.733.078,92)	(10.085.000,14)	(55.818.079,06)	Custo Amortizado
Outros Créditos	Créditos por Avais e Fianças Horados	4.106.195,73		4.106.195,73	Custo Amortizado
	Provisão para perdas esperadas	(3.420.688,13)	87.311,48	(3.333.376,65)	Custo Amortizado
	CPRF		10.756.070,09	10.756.070,09	Custo Amortizado
	Provisão para perdas esperadas		(43.598,57)	(43.598,57)	Custo Amortizado
Outros Ativos Financeiros	Outros Ativos Financeiros	2.641.849,37		2.641.849,37	Custo Amortizado
	Provisão para perdas esperadas	(265.171,24)		(265.171,24)	Custo Amortizado
Total Ativos Financeiros		996.027.142,61	(9.954.895,36)	986.072.247,25	
Nomenclatura em 31/12/2024	Passivo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	Depósitos	837.313.879,56	310.000,00	837.623.879,56	Custo Amortizado
	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipot., Créd. e Similares	17.732.088,52		17.732.088,52	Custo Amortizado
	Relações Interfinanceiras	40.907.424,06		40.907.424,06	Custo Amortizado
	Perdas Esperadas - Garantias Financeiras Prestadas	1.547.984,72	(361.594,66)	1.186.390,06	Custo Amortizado
Total Passivos Financeiros		897.501.376,86	(51.594,66)	897.449.782,20	

(1) Referem-se às perdas de crédito esperadas e aos ajustes ao valor justo de ativos financeiros reclassificados entre as categorias de mensuração conforme os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/2021.

5. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil bruto	Perda Esperada	Saldo Líquido
Disponibilidades	7.239.654,28		7.239.654,28
Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira (a)	355.631.002,97		355.631.002,97
Saldo Caixa e Equivalente de Caixa	362.870.657,25		362.870.657,25

a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL RIO como determinado no art. 3º, da Resolução CMN nº 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, cujos rendimentos auferidos em 31 de dezembro de 2025 registrados em contrapartida à receita de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, foram respectivamente:

Descrição	31/12/2025
Rendimentos da Centralização Financeira	51.578.502,35

O Sicoob não constitui provisão para risco de crédito nas operações de centralização financeira, uma vez que o risco de contraparte é integralmente assumido e mitigado no âmbito do próprio sistema cooperativo. Nessas operações, a exposição decorre exclusivamente de relações intrassistêmicas, cuja responsabilidade e capacidade de absorção de riscos estão distribuídas entre as entidades que compõem o Sistema.

6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários e demais Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são compostos pelos recursos provenientes aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros, sendo mensurados por categorias, conforme apresentados abaixo:

6.1 Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.193.610,21	-	6.193.610,21
Demais Aplicação em depósitos Interfinanceiros (a)	6.193.610,21	-	6.193.610,21

a) Referem-se às aplicações em depósitos interfinanceiros no Banco Sicoob com remuneração média de 100% do CDI.

6.2 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes:

31/12/2025				
Descrição	Valor contábil	Ajuste a Valor Justo	Perda Esperada	Valor Justo
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.097.588,06	-	-	6.097.588,06
Demais Aplicação em depósitos Interfinanceiros (a)	6.097.588,06	-	-	6.097.588,06

a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários - CDI no Banco Sicoob com remuneração média de 99% do CDI.

6.3 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Títulos e Valores Mobiliários	26.941.575,76	-	26.941.575,76
Participação em Cooperativa Central de Crédito (a)	26.900.374,07	-	26.900.374,07
Participação em Empresas Controladas por Cooperativa de Crédito ou Confederação de Serviço (a)	41.201,69	-	41.201,69

Os ativos financeiros demonstrados na tabela acima, estão classificados a valor justo por meio do resultado em decorrência de falharem no teste de SPPJ.

a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 01/04/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das "Atividades de Investimento", tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6.4 Composição dos Ativos Financeiros por Faixa de Vencimento

a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

31/12/2025				
Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	12.291.198,27	12.291.198,27
TOTAL	-	-	12.291.198,27	12.291.198,27

b) Títulos e Valores Mobiliários:

31/12/2025				
Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Participações de Cooperativas	-	-	26.941.575,76	26.941.575,76
TOTAL	-	-	26.941.575,76	26.941.575,76

6.5 Resumo da Carteira Consolidada por Categoria de Mensuração

31/12/2025				
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido	
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	6.193.610,21	-	6.193.610,21	
Ativos Financeiros Mensurados ao VJORA	6.097.588,06	-	6.097.588,06	
Ativos Financeiros Mensurados ao VJR	26.941.575,76	-	26.941.575,76	

6.6 Relações e Repasses Interfinanceiras

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos Transferidos - Centralização Financeira	355.631.002,97	-	355.631.002,97
Recursos Transferidos - Depósitos de Poupança Rural	5.874.224,40	-	5.874.224,40
TOTAL	361.505.227,37	-	361.505.227,37

6.7 Resultado de Operações com Ativos Financeiros

a) Resultado das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

Descrição	31/12/2025
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.137.576,93
TOTAL	1.137.576,93

6.8 Classificação por Estágio

Abaixo a composição dos estágios das Aplicações Interfinanceira de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários:

31/12/2025			
Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Aplicações Interfinanceira de Liquidez	12.291.198,27	-	-
TOTAL	12.291.198,27	-	-

7. Operações de Crédito e Outras Operações com Características de Concessão de Crédito

Abaixo, a composição da carteira de crédito e outras operações com características de concessão de crédito mensurados ao custo amortizado:

31/12/2025			
Descrição	Valor Contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Operações de Crédito - Custo Amortizado			
Empréstimos	650.184.244,18	(42.158.439,76)	608.025.804,42
Direitos Creditórios Descontados	36.390.944,46	(1.266.280,68)	35.124.663,78

Adiantamento a Depositantes	522.122,20	(436.508,87)	85.613,33
Cheque Especial	38.327.763,73	(8.277.779,31)	30.049.984,42
Financiamentos	30.760.805,71	(2.172.643,85)	28.588.161,86
Financiamentos Rurais (Nota 7.1)	59.458.911,90	(1.137.831,29)	58.321.080,61
Total - Operações de Crédito	815.644.792,18	(55.449.483,76)	760.195.308,42
Outras Operações com Características de Concessão de Crédito - Custo Amortizados			
Créditos por Avais e Fianças Honrados	4.471.275,82	(3.421.635,60)	1.049.640,22
CPRF	21.409.341,95	(240.750,78)	21.168.591,17
Total - Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	25.880.617,77	(3.662.386,38)	22.218.231,39
TOTAL	841.525.409,95	(59.111.870,14)	782.413.539,81
Garantias financeiras prestadas			
Outras Garantias Financeiras Prestadas	43.434.190,50	(1.290.430,36)	42.143.760,14
Total - Garantias financeiras prestadas	43.434.190,50	(1.290.430,36)	42.143.760,14
TOTAL	884.959.600,45	(60.402.300,50)	824.557.299,95

7.1 Abertura dos Financiamentos Rurais

Abaixo está demonstrado a abertura dos financiamentos rurais, incluindo o direcionamento de recursos para aplicação no crédito rural:

Descrição	Total
Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Próprios	
Custeio Pecuária - Recursos Próprios	5.097.954,32
Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Direcionados à Vista	
Custeio Pecuária - Recursos Direcionados à Vista	23.176.674,12
Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Direcionados da Poupança Rural	
Custeio Pecuária - Recursos Direcionados da Poupança Rural	2.830.816,26
Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Direcionados de LCA	
Custeio Agricultura - Recursos Direcionados de LCA	6.105.269,73
Custeio Pecuária - Recursos Direcionados de LCA	21.110.366,18
Financiamentos Rurais com Recursos de Fontes Públicas	
TOTAL	58.321.080,61

7.2 Composição da Carteira de Crédito por Tipo de Produto, Cliente e Atividade Econômica

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2025	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	70.704.631,96	554.037,32	5.149.370,11	76.408.039,39	9,37%
Setor Privado - Indústria	17.418.422,96	310.269,47	-	17.728.692,43	2,17%
Setor Privado - Serviços	510.932.868,23	25.407.298,95	4.146.087,65	540.486.254,83	66,26%
Pessoa Física	119.630.496,97	4.489.199,97	50.163.454,14	174.283.151,08	21,37%
Outros	6.738.654,45	-	-	6.738.654,45	0,83%
TOTAL	725.425.074,57	30.760.805,71	59.458.911,90	815.644.792,18	100,00%

7.3 Operações Renegociadas e Reestruturadas

As operações renegociadas e reestruturadas estão assim compostas:

Natureza da Operação	31/12/2025	
	Renegociadas	Reestruturadas
Operações de Crédito	53.533.406,31	-
TOTAL	53.533.406,31	-

7.4 Resultado de Operações de Crédito

Descrição	31/12/2025
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	868.744,57
Rendas de Empréstimos	136.307.059,02
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	10.713.491,51
Rendas de Financiamentos	6.272.254,50
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	811.372,25
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	1.362.519,86
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	750.880,49
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	1.107.773,11
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	70.411,03
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	5.424.370,95
Rendas de Títulos com Características de Concessão de Crédito	2.896.545,47

(-) Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(213.293,09)
TOTAL	166.372.129,67

7.5 Classificação por Estágios

As operações de crédito, Outras Operações com Características de Concessão de Crédito e Garantias Prestadas estão compostas nos estágios abaixo:

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Adiantamentos a Depositantes	-	34.628,51	487.493,69	522.122,20
Direitos Creditórios Descontados	34.220.495,87	84.820,63	2.085.627,96	36.390.944,46
Empréstimos	601.423.256,23	16.339.638,07	70.749.113,61	688.512.007,91
Financiamentos	27.497.575,36	447.758,79	2.815.471,56	30.760.805,71
Financiamentos Rurais	57.328.983,38	-	2.129.928,52	59.458.911,90
Garantias Financeiras Prestadas	40.860.912,67	1.215.690,15	1.357.587,68	43.434.190,50
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito (a)	-	-	4.471.275,82	4.471.275,82
Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F) (b)	20.779.382,45	-	629.959,50	21.409.341,95
TOTAL	782.110.605,96	18.122.536,15	84.726.458,34	884.959.600,45

a) Outros Créditos são compostos por Créditos por avais e fianças e Créditos por venda a prazo de ativos não financeiros.

b) Títulos com Característica de Concessão de Crédito são compostos por CPRF (cédula de produto rural financeiro).

7.6 Concentração das Operações por Modalidade, Maiores Devedores e Faixas de Vencimento

a) Composição das operações por faixa de vencimento:

Descrição	A vencer até 90 dias	A vencer até 91 a 360 dias	A vencer acima 360 dias	Vencido a partir de 15 dias	Total
Adiantamentos a Depositantes	26.206,27	-	-	495.915,93	522.122,20
Direitos Creditórios Descontados	31.369.405,37	2.764.428,10	-	2.257.110,99	36.390.944,46
Empréstimos	94.749.117,99	196.315.135,25	378.844.443,02	18.603.311,65	688.512.007,91
Financiamentos	3.542.526,89	8.551.525,35	18.482.343,09	184.410,37	30.760.805,71
Financiamentos Rurais	3.028.611,56	28.727.870,75	27.540.450,61	161.978,98	59.458.911,90
Garantias Financeiras Prestadas	9.280.954,46	32.158.682,51	1.475.436,64	519.116,89	43.434.190,50
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	72.753,59	-	-	4.398.522,23	4.471.275,82
Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F)	5.492.140,68	8.495.956,26	7.421.245,01	-	21.409.341,95
TOTAL	147.561.716,81	277.013.598,22	433.763.918,38	26.620.367,04	884.959.600,45

b) Composição dos Maiores Devedores:

Descrição	31/12/2025	% Carteira Total
Maior Devedor	15.402.741,70	1,83%
10 Maiores Devedores	100.874.784,87	12,00%
50 Maiores Devedores	295.536.334,90	35,16%

7.7 Movimentação em Estágios das Operação da Carteira Bruta

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo Inicial	612.841.219,30	27.993.489,18	58.772.029,20	699.606.737,68
(-) Transferido para Estágio 1	-	(5.216.295,30)	(240.977,40)	(5.457.272,70)
(-) Transferido para Estágio 2	(7.182.066,95)	-	(286.369,06)	(7.468.436,01)
(-) Transferido para Estágio 3	(29.143.216,83)	(9.714.254,56)	-	(38.857.471,39)
(+) Transferido do Estágio 1	-	7.182.066,95	29.143.216,83	36.325.283,78
(+) Transferido do Estágio 2	5.216.295,30	-	9.714.254,56	14.930.549,86
(+) Transferido do Estágio 3	240.977,40	286.369,06	-	527.346,46
(+) Aquisição	459.918.932,80	9.852.451,01	34.344.111,19	504.115.495,00
(+) Apropriação de Juros	31.842.275,36	670.009,53	335.511,19	32.847.796,08

(-) Liquidação	(186.696.940,00)	(7.132.865,22)	(29.488.860,87)	(223.318.666,09)
(-) Liquidação Parcial	(104.743.760,67)	(4.561.777,90)	(2.272.150,88)	(111.577.689,45)
(-) Baixa para prejuízo	(183.109,75)	(1.236.656,60)	(15.294.306,42)	(16.714.072,77)
Saldo Final	782.110.605,96	18.122.536,15	84.726.458,34	884.959.600,45

7.8 Consolidação dos Estágios das Operações Carteira Bruta

Saldo Inicial	699.606.737,68
(+) Aquisição	504.115.495,00
(+) Apropriação de Juros	32.847.796,08
(-) Liquidação	(223.318.666,09)
(-) Liquidação Parcial	(111.577.689,45)
(-) Baixa para prejuízo	(16.714.072,77)
Saldo Final	884.959.600,45

a) Na Tabela abaixo estão apresentadas as operações de crédito alocadas no terceiro estágio com 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias de atraso.

Estágio	De 31 a 60 dias de atraso
Estágio 3	4.008.148,28

8. Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Abaixo a composição dos estágios das Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito e para Garantias Financeiras Prestadas:

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Adiantamentos a Depositantes	-	8.159,43	428.349,44	436.508,87
Direitos Creditórios Descontados	107.279,82	1.452,97	1.157.547,89	1.266.280,68
Empréstimos	9.089.737,49	1.905.045,02	39.441.436,56	50.436.219,07
Financiamentos	469.493,14	65.021,06	1.638.129,65	2.172.643,85
Financiamentos Rurais	213.487,37	-	924.343,92	1.137.831,29
Garantias Financeiras Prestadas (a)	312.828,83	97.132,70	880.468,83	1.290.430,36
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	-	-	3.421.635,49	3.421.635,49
Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F)	17.745,23	-	223.005,66	240.750,89
Total	10.210.571,88	2.076.811,18	48.114.917,44	60.402.300,50

a) As garantias financeiras prestadas estão registradas no passivo, pois representam obrigações da Cooperativa, enquanto as demais provisões estão registradas no ativo.

8.1 Movimentação em Estágios das Provisões

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito tiveram as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2025:

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Provisão Inicial	13.815.156,20	4.261.402,64	42.607.452,91	60.684.011,75
(-) Transferido para Estágio 1	-	(815.913,51)	(225.375,00)	(1.041.288,51)
(-) Transferido para Estágio 2	(406.572,14)	-	(238.047,19)	(644.619,33)
(-) Transferido para Estágio 3	(1.751.134,39)	(2.409.188,72)	-	(4.160.323,11)
(+) Transferido do Estágio 1	-	406.572,14	1.751.134,39	2.157.706,53
(+) Transferido do Estágio 2	815.913,51	-	2.409.188,72	3.225.102,23
(+) Transferido do Estágio 3	225.375,00	238.047,19	-	463.422,19
(+) Constituição Novas Operações	5.103.748,75	635.731,11	16.863.238,78	22.602.718,64
(+) Constituição Aumento de Provisão	1.575.464,43	926.372,56	20.257.621,49	22.759.458,48
(-) Reversão Total	(2.938.747,21)	(631.896,08)	(5.605.780,23)	(9.176.423,52)
(-) Reversão Parcial	(6.215.649,63)	(302.373,11)	(16.127.430,85)	(22.645.453,59)
(-) Baixa para prejuízo (Provisão)	(12.982,64)	(231.943,04)	(13.577.085,58)	(13.822.011,26)

Provisão Final	10.210.571,88	2.076.811,18	48.114.917,44	60.402.300,50

8.2 Consolidação dos Estágios das Provisões

Provisão Inicial	60.684.011,75
(+) Constituição Novas Operações	22.602.718,64
(+) Constituição Aumento de Provisão	22.759.458,48
(-) Reversão Total	(9.176.423,52)
(-) Reversão Parcial	(22.645.453,59)
(-) Baixa para prejuízo (Provisão)	(13.822.011,26)
Provisão Final	60.402.300,50

8.3 Despesa com Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Descrição	31/12/2025
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	46.339.288,51
Reversões de Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	2.174.376,95
Reversões de Provisões para Outros Créditos	14.863,95
Provisões para Operações de Crédito	(68.109.737,64)
Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	(5.936.880,55)
Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar	(1.387.754,35)
TOTAL	(26.905.843,13)

9. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas a Receber (Nota 9.1)	1.415.711,35	-	1.415.711,35
Devedores por Depósitos em Garantia (Nota 9.2)	-	1.569.429,82	1.569.429,82
Títulos e Créditos a Receber (Nota 9.3)	116.400,40	-	116.400,40
(-) Perda Esperada Associada ao Risco de Outros Ativos	(265.171,24)	-	(265.171,24)
TOTAL	1.266.940,51	1.569.429,82	2.836.370,33

9.1 Rendas a Receber

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas de Convênio	28.857,73	-	28.857,73
Rendas de Cartões	851.048,19	-	851.048,19
Rendas de Domicílio Bancário	490.414,12	-	490.414,12
Rendas de Poupança	8.831,72	-	8.831,72
Rendas de Transações Interfinanceiras	36.125,68	-	36.125,68
Outras Rendas a Receber	433,91	-	433,91
TOTAL	1.415.711,35	-	1.415.711,35

9.2 Devedores por Depósitos em Garantia

Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
PIS Folha - Depósito Judicial	-	587.234,88	587.234,88
Depósitos em Garantia - Caução	-	566.135,30	566.135,30
Interposição de Recursos Trabalhistas	-	235.936,53	235.936,53
Outros Devedores por Depósito em Garantia	-	180.123,11	180.123,11
TOTAL	-	1.569.429,82	1.569.429,82

9.3 Títulos e Créditos a Receber

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Valores a receber - Aluguel SIPAG 2.0	116.400,40	-	116.400,40
TOTAL	116.400,40	-	116.400,40

10. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
IRPJ não compensado no próprio exercício	-	1.153.429,85	1.153.429,85
CSLL não compensado no próprio exercício	-	620.737,08	620.737,08
ISS - imposto s/serviços - a compensar	-	213,57	213,57
PIS - a compensar	-	622,58	622,58
IOF - a compensar	-	6.842,19	6.842,19
INSS - a compensar	-	35,20	35,20
Valores a restituir - PERDCOMP	-	207.958,71	207.958,71
Outros Impostos e Contribuições a Compensar	-	2.873,37	2.873,37
TOTAL	-	1.992.712,55	1.992.712,55

11. Outros Ativos

Os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	115.009,53	-	115.009,53
Adiantamentos para Pagamentos de nossa Conta	61.081,58	-	61.081,58
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	1.269,00	-	1.269,00
Devedores Diversos – País (Nota 11.1)	1.030.247,62	-	1.030.247,62
Ativos em Estoque	197.710,49	-	197.710,49
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (Nota 11.2)	8.039.478,91	3.947.711,19	11.987.190,10
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec. (Nota 11.2)	(989.397,46)	-	(989.397,46)
Despesas Antecipadas (Nota 11.3)	846.637,04	-	846.637,04
TOTAL	9.302.036,71	3.947.711,19	13.249.747,90

11.1 Devedores Diversos

Em Devedores Diversos estão registrados:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar	554.011,10	-	554.011,10
Pendências a Regularizar - Banco Sicoob	1.301,93	-	1.301,93
Diferença de Caixa	13.332,80	-	13.332,80
Estoque de Pontos	3.170,15	-	3.170,15
Pendências Avals	18.218,45	-	18.218,45
Outros Devedores Diversos	440.213,19	-	440.213,19
TOTAL	1.030.247,62	-	1.030.247,62

11.2 Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda

Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos em pagamento de operações de crédito com associados, não destinados a uso próprio e não estão sujeitos a depreciação ou correção.

Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em "Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos".

11.3 Despesa Antecipadas

Em Despesa Antecipadas estão registrados:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Prêmios de Seguros	115.913,26		115.913,26
Processamento de Dados	195.305,03		195.305,03
Vale Refeição e Alimentação	523.433,81		523.433,81
Software	11.984,94		11.984,94
TOTAL	846.637,04		846.637,04

12. Imobilizado de Uso

Os montantes do imobilizado de uso estão assim compostos:

31/12/2025				
Descrição	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Móveis e Equipamentos em Estoque		6.716,15		6.716,15
Imobilizado em Curso (a)		626.721,65		626.721,65
Móveis e equipamentos de Uso	10% - 20%	8.551.314,89	(5.465.238,42)	3.086.076,47
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		6.873.372,58	(4.703.427,46)	2.169.945,12
Subtotal		16.058.125,27	(10.168.665,88)	5.889.459,39

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração efetua análise de recuperabilidade dos seus ativos no encerramento do exercício. Não foram identificados no exercício de 2025 eventos ou alterações em circunstâncias que indicassem que o valor contábil desses ativos pudesse não ser recuperável.

13. Intangível

Os montantes do intangível estão assim compostos:

31/12/2025				
Descrição	Taxa de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
Sistemas de Processamento De Dados	20%	308.343,45	(257.789,55)	50.553,90
Licenças e Direitos Autorais e de Uso		14.141,17	(11.918,41)	2.222,76
Total Intangível e Ágio		322.484,62	(269.707,96)	52.776,66

14. Depósitos

Abaixo, composição dos depósitos mensurados ao custo amortizado:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Custo Amortizado			
Depósitos à Vista (a)	208.589.118,83		208.589.118,83
Depósitos de Poupança	5.874.224,40		5.874.224,40
Depósitos a Prazo (b)	720.278.076,26	2.034.757,54	722.312.833,80
Outros Depósitos	1.200.435,00		1.200.435,00
TOTAL	935.941.854,49	2.034.757,54	937.976.612,03

a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de

Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispendios de captação no mercado”.

14.1 Concentração dos Principais Depositantes

Descrição	31/12/2025	% Carteira Total
Maior Depositante	31.191.552,91	3,35%
10 Maiores Depositantes	155.006.633,97	16,66%
50 Maiores Depositantes	302.499.226,94	32,51%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

14.2 Despesas com Operações de Captação de Mercado

Descrição	31/12/2025
Despesas de Poupança	(33.568,25)
Despesas de Depósitos a Prazo	(101.749.822,30)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(3.980.869,92)
Despesas de Letras Financeiras	(23.990,11)
Despesas de Letras de Crédito do Imobiliário	(136.971,19)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(1.342.337,69)
TOTAL	(107.267.559,46)

15. Outros Instrumentos de Dívida

Os outros instrumentos de dívida são compostos pelos recursos provenientes de emissões de letras e pelos instrumentos de dívida com cláusulas de subordinação, sendo mensurados ao custo amortizado, conforme apresentados abaixo:

15.1 Recursos por Emissões de Letras

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	74.668.411,61	493.958,31	75.162.369,92
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras - LF	526.270,45	-	526.270,45
TOTAL	75.194.682,06	493.958,31	75.688.640,37

As Letras de Crédito do Agronegócio – LCA, que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004).

A Letra Financeira - LF, é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras com a finalidade de captar recursos de longo prazo (Resolução CMN nº 5.007/2022).

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº inserção manual de texto - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

16. Relações Interfinanceiras

São mensuradas ao custo amortizado e demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades inclusive Capital de Giro. A garantia oferecida é a caução dos títulos de crédito dos associados beneficiados.

16.1 Repasses Interfinanceiros

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Banco Sicoob	32.152.271,84	20.982.279,24	53.134.551,08
(-) Despesas a Apropriar - Recursos do Banco Sicoob	(2.058.931,42)	(2.962.778,16)	(5.021.709,58)
TOTAL	30.093.340,42	18.019.501,08	48.112.841,50

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 10,96% ao ano, com vencimento até 28/10/2030.

16.2 Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses

Instituições	31/12/2025
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(3.626.924,17)
TOTAL	(3.626.924,17)

17. Outros Passivos

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem, são compostos assim:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (Nota 17.1)	535.792,84	-	535.792,84
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas (Nota 17.2)	2.142.072,38	-	2.142.072,38
Outras Obrigações (Nota 17.4)	12.934.754,91	-	12.934.754,91
TOTAL	15.612.620,13	-	15.612.620,13

17.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

As cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados, são assim registrados:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Operações de Crédito - IOF	529.171,67	-	529.171,67
Outras Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	6.621,17	-	6.621,17
TOTAL	535.792,84	-	535.792,84

17.2 Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas são assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	149.685,26	-	149.685,26
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	68.254,21	-	68.254,21
Impostos e Contribuições sobre Salários	1.262.159,74	-	1.262.159,74
Outros (Nota 17.3)	661.973,17	-	661.973,17
TOTAL	2.142.072,38	-	2.142.072,38

17.3 Composição dos Saldos de Outras Obrigações Fiscais

A seguir, a composição dos saldos de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF sobre Aplicações Financeiras	426.625,51	-	426.625,51
ISSQN a Recolher	51.811,09	-	51.811,09
PIS Faturamento a Recolher	6.331,78	-	6.331,78
COFINS a Recolher	39.180,12	-	39.180,12
IRRF sobre Juros ao Capital	138.024,67	-	138.024,67
TOTAL	661.973,17	-	661.973,17

17.4 Outras Obrigações

Os saldos de outras obrigações, são assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias (Nota 17.5)	9.099.685,53		9.099.685,53
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (Nota 17.6)	471.273,94		471.273,94
Credores Diversos – País (Nota 17.7)	3.284.284,66		3.284.284,66
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	79.480,78		79.480,78
Recursos em Trânsito de Terceiros	30,00		30,00
TOTAL	12.934.754,91		-12.934.754,91

17.5 Passivos Sociais e Estatutárias

A seguir, a composição dos saldos de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Participações nos Resultados (a.1)	2.536.573,00		2.536.573,00
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	5.710.646,54		5.710.646,54
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.3)	852.465,99		852.465,99
TOTAL	9.099.685,53		-9.099.685,53

a.1) A Participação dos empregados nos Resultados está consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva. A Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados em resultado e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;

a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

a.4) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

17.6 Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros

O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada por meio de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

17.7 Credores Diversos

Os saldos em Credores Diversos - País referem-se:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	56.486,26		56.486,26
Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação	361.509,71		361.509,71
Credores Diversos-Liquidação Cobrança	55.249,38		55.249,38
Diferença de Caixa	16.258,81		16.258,81
Valor a Pagar de Honras pelos Fundos Garantidores	198.001,75		198.001,75
Pendências a Regularizar	10.389,80		10.389,80
Desconto Folha Pgto - Crédito Consignado	73.507,20		73.507,20
Créditos de terceir. Ativos não finan. mant. p/venda	2.162.357,26		2.162.357,26
Outros Credores Diversos - País	350.524,49		350.524,49
TOTAL	3.284.284,66		-3.284.284,66

18. Provisões

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões e outras Obrigações com Instrumentos Financeiros (Nota 18.1)	2.678.184,71		2.678.184,71
Provisão para Pagamento a Efetuar (Nota 18.2)	5.003.984,42		5.003.984,42
Provisão para Contingências (Nota 18.4)		1.613.214,43	1.613.214,43
TOTAL	7.682.169,13	1.613.214,43	9.295.383,56

18.1 Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros

Em provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros estão registradas:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	1.387.754,35		1.387.754,35
Garantias Financeiras Prestadas (a)	1.290.430,36		1.290.430,36
TOTAL	2.678.184,71		2.678.184,71

a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme determina a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021. Em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2025
Coobrigações Prestadas	43.434.190,50
TOTAL	43.434.190,50

18.2 Provisão para Pagamentos a Efetuar

As Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registradas da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	2.360.182,77		2.360.182,77
Custos de Transações Interfinanceiras	100.133,48		100.133,48
Seguro Prestamista	825.270,00		825.270,00
Despesas com Cartões	388.201,88		388.201,88
Valores a Pagar - Domicílio Bancário	397.936,38		397.936,38
Segurança e Vigilância	21.846,54		21.846,54
Manutenção e Conservação de Bens	24.863,35		24.863,35
Transporte	65.604,35		65.604,35
Seguro	34.736,07		34.736,07
Compensação	73.163,87		73.163,87
Aluguéis	319.464,47		319.464,47
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	392.581,26		392.581,26
TOTAL	5.003.984,42		5.003.984,42

18.3 Provisão para Contingências

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às Demandas Judiciais:

18.4 Composição da Provisão para Contingências

31/12/2025	
Descrição	Provisão para Contingências
PIS FOLHA	637.714,43
Trabalhistas	672.000,00
Outras Contingências	303.500,00
TOTAL	1.613.214,43

18.5 Depósitos Judiciais - Ativo

31/12/2025	
Descrição	Depósitos Judiciais
PIS FOLHA	587.234,88
Trabalhistas	235.936,53
Outros	746.258,41
TOTAL	1.569.429,82

18.6 Movimentação das Provisões para Contingências

Descrição	Cível	Tributário	Trabalhista	Total
Saldo em 01 janeiro de 2025	43.191,70	375.476,73	104.437,74	523.106,17
Constituição da provisão	345.863,04	224.078,75	650.000,00	1.219.941,79
Reversão da provisão	(85.554,74)		(82.437,74)	(167.992,48)
Atualização durante o exercício		38.158,95		38.158,95
Saldo em 31 de dezembro de 2025	303.500,00	637.714,43	672.000,00	1.613.214,43

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB PAULISTA 31 de dezembro de 2025, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 143.602,71. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

19. Patrimônio Líquido

19.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No período de 31/12/2025, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 241.000,00 com recursos do Sicoob Cotas Partes.

Descrição	31/12/2025
Capital Social	110.447.992,32
Associados	39.980

19.2 Fundo de Reserva Legal

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

No período de 31 de dezembro de 2025 os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, conforme Lei Complementar nº 196/2022, totalizando R\$ 116.201,40.

Essa movimentação está evidenciada na DMPL na linha de "Outros Eventos/Reservas".

19.3 Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26/04/2025 em conformidade com o artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, artigo 44 da Lei nº 5.764/1971 e artigo 17 da Lei Complementar 130/2009, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 2024 da seguinte forma:

- Fundo de Reserva, no valor de R\$ 1.880.352,19.

19.4 Destinações Estatutárias e Legais

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.966/2021, a cooperativa reconheceu, na adoção inicial, um ajuste de transição no Patrimônio Líquido, correspondente à reclassificação e mensuração de instrumentos financeiros e provisões para perdas esperadas. Esse ajuste, embora contabilmente registrado em sobras ou perdas acumuladas, foi evidenciado nesta nota para fins de transparência na apuração da sobra líquida base de cálculo das destinações estatutárias, conforme quadro a seguir:

Descrição	Valores
Sobras do Exercício em 31/12/2025 Antes dos Juros ao Capital	26.071.866,38
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio	(7.686.897,55)
Sobra do Exercício em 31/12/2025 antes do Ajuste da Res. CMN nº 4.966/2021	18.384.968,83
Efeito do ajuste de Transição da Resolução CMN nº 4.966/2021 (Nota 4)	(9.895.853,23)
Reversão da Reserva/Fundo para Absorção do Ajuste da Res. CMN nº 4.966/2021 (a)	
Sobras Líquida do Exercício em 31/12/2025 após o Ajuste da Res. CMN nº 4.966/2021 e Base de cálculo das destinações	8.489.115,60
Destinação para o Fundo de Reserva (60%) (b)	(5.093.469,36)
Destinação para o FATES - atos cooperativos (10%) (c)	(848.911,56)
Reversão devido utilização do FATES - CCI 797/2020 - AC	623.495,11
Sobras à disposição da Assembleia Geral	3.170.229,79

a) A Cooperativa não constituiu reserva para absorção do impacto da Resolução CMN nº 4.966/2021, sendo o montante incorporado às sobras do período.

b) 60% para o Fundo de Reserva, apurado sobre a sobras liquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES de Ato Não Cooperativo (quando positivo), e é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao Fundo de Reserva, além das destinações previstas no Estatuto Social.

c) 10% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), apuradas sobre a sobras liquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES Ato Não Cooperativo, e é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

A reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

Em atendimento às normas contábeis e buscando maior transparência na apresentação das demonstrações financeiras, a Cooperativa SICOOB PAULISTA revisou a metodologia aplicada à reversão do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES).

No exercício de 2025, a reversão do FATES foi registrada antes das destinações legais e estatutárias, diferentemente do exercício de 2024, quando a reversão ocorreu após essas destinações.

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26/04/2025 em conformidade com o artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, artigo 44 da Lei nº 5.764/1971 e artigo 17 da Lei Complementar 130/2009, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 2024 da seguinte forma:

- Fundo de Reserva, no valor de R\$ 1.880.352,19.

19.4 Destinações Estatutárias e Legais

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.966/2021, a cooperativa reconheceu, na adoção inicial, um ajuste de transição no Patrimônio Líquido, correspondente à reclassificação e mensuração de instrumentos financeiros e provisões para perdas esperadas. Esse ajuste, embora contabilmente registrado em sobras ou perdas acumuladas, foi evidenciado nesta nota para fins de transparência na apuração da sobra líquida base de cálculo das destinações estatutárias, conforme quadro a seguir:

Descrição	Valores
Sobras do Exercício em 31/12/2025 Antes dos Juros ao Capital	26.071.866,38
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio	(7.686.897,55)
Sobra do Exercício em 31/12/2025 antes do Ajuste da Res. CMN nº 4.966/2021	18.384.968,83
Efeito do ajuste de Transição da Resolução CMN nº 4.966/2021 (Nota 4)	(9.895.853,23)
Reversão da Reserva/Fundo para Absorção do Ajuste da Res. CMN nº 4.966/2021 (a)	
Sobras Líquida do Exercício em 31/12/2025 após o Ajuste da Res. CMN nº 4.966/2021 e Base de cálculo das destinações	8.489.115,60
Destinação para o Fundo de Reserva (60%) (b)	(5.093.469,36)
Destinação para o FATES - atos cooperativos (10%) (c)	(848.911,56)
Reversão devido utilização do FATES - CCI 797/2020 - AC	623.495,11
Sobras à disposição da Assembleia Geral	3.170.229,79

a) A Cooperativa não constituiu reserva para absorção do impacto da Resolução CMN nº 4.966/2021, sendo o montante incorporado às sobras do período.

b) 60% para o Fundo de Reserva, apurado sobre a sobras liquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES de Ato Não Cooperativo (quando positivo), e é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao Fundo de Reserva, além das destinações previstas no Estatuto Social.

c) 10% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), apuradas sobre a sobras liquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES Ato Não Cooperativo, e é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

A reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

Em atendimento às normas contábeis e buscando maior transparência na apresentação das demonstrações financeiras, a Cooperativa SICOOB PAULISTA revisou a metodologia aplicada à reversão do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES).

No exercício de 2025, a reversão do FATES foi registrada antes das destinações legais e estatutárias, diferentemente do exercício de 2024, quando a reversão ocorreu após essas destinações.

23. Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	31/12/2025
Rendas de Cobrança	5.226.904,08
Rendas por Serviços de Pagamento - Outros Serviços Relacionados a Transações de Pagamento	3.349.416,75
Rendas de Convênios	198.340,92
Rendas de Comissão de Outros Serviços	20.748,50
Rendas de Outros Serviços	780.015,84
Rendas de Comissão de Seguros	3.578.126,27
Rendas de Comissão de Previdência	13.084,12
Rendas com Outras Comissões Comerciais e sobre Serviços	5.765.269,76
Rendas de Tarifa Anuidade Cartão de Crédito	1.314.850,58
Rendas de Outras Tarifas de Cartões	1.051,20
Rendas de Tarifas de Intercâmbio	4.598.647,18
Rendas Aluguel Equipamentos de Transações de Pagamentos	1.322.777,96
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	1.703.323,28
TOTAL	27.872.556,44

24. Despesas de Pessoal

Descrição	31/12/2025
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(117.808,97)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(2.720.815,86)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(9.398.990,99)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(7.419.232,97)
Despesas de Pessoal - Proventos	(22.840.075,20)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(451.733,58)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(548.143,21)
TOTAL	(43.496.800,78)

25. Outras Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2025
Despesas de Água, Energia e Gás	(517.182,62)
Despesas de Aluguéis	(4.925.575,89)
Despesas de Comunicações	(611.036,79)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(2.145.089,52)
Despesas de Material	(309.891,45)
Despesas de Processamento de Dados	(6.123.400,27)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(1.093.717,84)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(649.932,83)
Despesas de Publicações	(26.776,40)
Despesas de Seguros	(227.775,64)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(5.087.742,52)
Despesas de Serviços de Terceiros	(1.290.662,01)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.542.287,12)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(2.138.020,17)
Despesas de Transporte	(1.202.298,64)
Despesas de Viagem no País	(1.097.435,26)
Despesas de Amortização	(54.750,22)
Despesas de Depreciação	(1.427.290,27)
Outras Despesas Administrativas (Nota 25.1)	(5.222.727,33)
TOTAL	(35.693.592,79)

25.1 Outras Despesas Administrativas

Os saldos das outras despesas administrativas estão compostos:

Descrição	31/12/2025
Livros Jornais e Revistas	(12.050,55)
Condomínio	(96.059,45)
Contribuição Sindical Patronal	(27.041,50)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(1.327.974,11)
Copa/Cozinha	(48.238,14)
Lanches e Refeições	(364.710,13)

Uniformes e Vestuários	(20.666,55)
Contribuição a OCE	(179.256,67)
Taxas da Junta Comercial	(1.730,34)
Medicamentos	(449,50)
Mensalidades Diversas	(70.504,57)
Rateio de Despesas da Central	(1.884.327,52)
Ações Judiciais	(1.651,21)
Rateio de Despesa ADM do Sicoob - Confederação	(510.653,52)
Desp. Centro de Serv. Compart. - CCS	(481.044,10)
Outras Despesas Indedutíveis	(33.081,02)
Outras Despesas Administrativas	(163.288,45)
TOTAL	(5.222.727,33)

26. Despesas Tributárias

Descrição	31/12/2025
Despesas Tributárias	(415.716,74)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(478.647,95)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(222.567,36)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(52.855,89)
TOTAL	(1.169.787,94)

27. Outras Despesas Operacionais

Descrição	31/12/2025
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	(8.069.795,62)
Perdas - Fraudes Externas	(48.022,91)
Perdas - Demandas Trabalhistas	(21.384,03)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(1,05)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(619.367,91)
Outras Despesas e Dispêndios Operacionais (a)	(4.584.197,29)
TOTAL	(13.342.768,81)

a) Em Outras Despesas e Dispêndios Operacionais estão registrados:

Descrição	31/12/2025
Desc. Conc. Crédito Pessoal	(37.682,05)
Est. Juros Crédito Pessoal	(3.502,20)
Desc. Conc. Crédito Pessoal - Consignado	(265,12)
Est. Juros Cheque Especial	(1.268,32)
Desc. Conc. Capital De Giro - Recursos Próprios	(251.282,48)
Est. Juros Capital De Giro - Recursos Próprios	(38.949,71)
Desc. Conc. Outros Empréstimos	(2.200.582,54)
Est. Juros Outros Empréstimos	(765.108,21)
Tarifas Recebimento Convênios	(142.980,94)
Perdas - Transações De Adquirência	(121.227,78)
Perdas - Demandas Cíveis	(10.416,52)
Bonificação De Seguro Prestamista	(1.687,58)
Multas E Juros Diversos	(84.267,03)
Tarifas Consultas/Saques Cirrus Cabal	(14.385,94)
Atualização - Honras - Fundos Garantidores	(37.745,01)
Contrib. Ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(39.795,60)
Bonificação - Sicoob TAG	(73,66)
Contribuição A Outros Fundos	(205.363,44)
Atualização - Encargo Por Concessão De Garantia	(31.386,30)
Desconto Concedido - Avais E Fianças Honradas	(1.306,96)
Outras Despesas Operacionais	(594.919,90)
TOTAL	(4.584.197,29)

28. Outros Receitas Operacionais

Descrição	31/12/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	3.210.430,62
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	25.001,76
Dividendos	230.084,31
Distribuição de Sobras da Central	82.650,84
Atualização Depósitos Judiciais	103.169,49
Rendas de Repasses Interfinanceiros	12.425,67
Rendas Oriundas de Cartões de Crédito e Adquirência	3.828.282,26

Juros ao Capital	2.220.700,91
Outras Rendas Operacionais	275.899,49
TOTAL	9.988.645,35

29. Despesas com Provisões

Descrição	31/12/2025
Provisões para Contingências Trabalhistas	(650.000,00)
Provisões para Contingências Cíveis	(299.663,04)
Provisões para Outras Contingências	(294.650,24)
Reversões de Provisões para Contingências Trabalhistas	54.544,99
Reversões de Provisões para Contingências Cíveis	65.000,00
Reversões de Provisões para Outras Contingências	22.329,44
Provisões/Reversões para Contingências	(1.102.438,85)
Provisões para Garantias Prestadas	(1.661.652,34)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	1.557.612,04
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(104.040,30)
TOTAL	(1.206.479,15)

30. Outras Receitas e Despesas

Descrição	31/12/2025
Lucros na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda - Recebidos	57.126,49
Lucros na Alienação de Outros Valores e Bens	25,00
Desvalorização de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda Recebidos	33.288,90
Ganho de Capital	11.058,55
Receitas não Operacionais	101.498,94
(-) Prejuízo na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos Para a Venda Recebidos	(316.797,80)
(-) Prejuízo na Alienação de Outros Valores e Bens	(5,06)
(-) Perda de Capital	(56.865,02)
(-) Despesas não Operacionais	(373.667,88)
TOTAL	(272.168,94)

31. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes no período de 31/12/2025.

32. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 07/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

32.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

O pessoal-chave de administração inclui os conselheiros e diretores, anualmente são deliberados os montantes de remuneração, benefícios e plano de previdência complementar na Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento à Lei 5.764/1971 artigo 44 e artigo 5 da Lei Complementar nº 130/2009.

Natureza da Operação	31/12/2025
Operações Ativas	
Operação de crédito	22.608.855,59
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	154.895,44
Taxa média (a.m.)	
Empréstimos	1,00%
Financiamentos	1,47%
Prazo médio (meses)	
Empréstimos	36
Financiamentos	47
Operações Passivas	
Depósitos	18.629.318,35
Letra de Crédito Agronegócio – LCA	819.094,40
Taxa Média Depósitos (% CDI a.m.)	
Aplicação Financeira - Pós Fixada (%CDI)	99%
Taxa Média - LCA (a.m.)	1,11%
Prazo Médio Depósitos (meses)	
Aplicação Financeira - Pós Fixada (%CDI)	76
Prazo Médio - LCA (meses)	12
Garantias prestadas	46.300.456,95
Capital social	1.916.793,39
Remuneração	(3.205.265,85)
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(2.418.101,04)
Encargos sociais	(535.630,51)
Benefícios	(251.534,30)

32.2 Cooperativa Central

O SICOOB PAULISTA, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado à SICOOB CENTRAL RIO, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL RIO, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL RIO a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB PAULISTA responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL RIO perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL RIO:

Descrição	31/12/2025
Operações Ativas	

Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira (Nota 6.6)	361.505.227,37
Ativo - Participações de Cooperativas (Nota 6.3)	26.900.374,07
Total de Operações Ativas	388.405.601,44
Operações Passivas	
Receitas	31/12/2025
Ingressos de Depósitos Intercooperativos (Nota 5.a)	51.578.502,35
Despesas	
Rateio de Despesas da Central (Nota 25.1)	(1.884.327,52)

33. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021 e Resolução CMN nº 5.194/2024, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	Valores
Patrimônio de referência (PR)	118.011.832,62
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	712.582.371,02
Índice de Basileia (mínimo 12%) %	16,56%
Imobilizado para cálculo do limite	5.889.459,39
Índice de imobilização (limite 50%) %	4,99%

34. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados, na modalidade de contribuição definida. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

A Cooperativa não possui benefícios de pós emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), apenas benefícios de curto prazo, conforme montantes apresentados a seguir:

Descrição	31/12/2025
Contribuição Previdência Privada	(392.749,32)
TOTAL	(392.749,32)

35. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos, é aprovada pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Appetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

35.1 Risco Operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

35.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;

- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

35.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3, S4 e S5.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado (RWAmPad);

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos testes de estresse.

35.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Appetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

35.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

O gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

A partir dos princípios e diretrizes estabelecidos na Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Sicoob, é possível nortear as análises de relevância das exposições aos riscos social, ambiental e climático, considerando os seguintes conceitos:

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos fundamentais nas relações de negócios e para todas as pessoas, observando impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos negativos e perdas em decorrência de danos causados ao meio ambiente por agentes físicos, químicos e/ou biológicos que possam afetar a reputação e os negócios do Sicoob.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos físico e de transição.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, de acordo com os critérios de elegibilidade, avaliação e monitoramento e divulgados nos manuais internos, observando a combinação de setores de maior risco, valores de exposição e existência de embargos ambientais, possibilitando a análise de associados com predisposição aos riscos desta natureza, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes.

As propostas de contrapartes atuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

35.6 Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas.

35.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO), Plano de Recuperação de Desastre (PRD) e Plano de Emergência (PEM).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

35.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

A área de Risco Cibernético realiza monitoramentos essenciais, acompanha vulnerabilidades e incidentes cibernéticos, além de participar de fóruns específicos sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento de suas funções e para a proteção dos ativos digitais do Sicoob. Adicionalmente, são realizadas pesquisas periódicas da maturidade cibernética de todo o sistema Sicoob, o que possibilita a avaliação e a priorização de ações, medidas e controles para mitigação de riscos cibernéticos e de segurança da informação.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

36. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

PRESIDENTE PRUDENTE-SP

**SERGIO PEREIRA NASCIMENTO
DIRETOR GERAL**

**MARCO FABIO MAZZARO
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

**ELAINE CRISTINA NETO
CONTADORA - CRC/MG 082.177-O**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado de São Paulo - Sicoob Paulista CNPJ:
10262276

Presidente Prudente – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado de São Paulo - Sicoob Paulista, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Paulista em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que considera a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

#DiParecer

São Paulo/SP, 24 de março de 2026.



Ronaldo Reimberg Lima

Contador – CRC 1SP215393/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB PAULISTA**, no uso das atribuições legais e estatutárias, após examinar o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis da Cooperativa em 31 de dezembro de 2025, com base no parecer dos Auditores Independentes – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (CNAC), contratados pela Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado de São Paulo – Sicoob Paulista, declaram que os Atos da Administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações contábeis examinadas, a posição patrimonial e a posição financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2025.

Presidente Prudente - SP, 08 de abril de 2026.

JOSE APARECIDO

BONILHA:54431123849

Assinado de forma digital por
JOSE APARECIDO

BONILHA:54431123849

Dados: 2026.04.08 11:56:08 -03'00'

José Aparecido Bonilha

Coordenador do Conselho Fiscal

Coordenação Editorial

Bárbara Munhoz Villar
//Redação

Ítalo Maycon Silva
//Diagramação

Daniella Graça Siqueira
//Dados contábeis

Fotos

Sicoob Paulista
//Acervo

Adobe stock
//Banco de imagens

Relatório de Gestão

//2025

18 anos

Sicoob Paulista

a **maioridade** de
quem faz **junto**

 **SICOOB**
Paulista

18
anos

